

RELATÓRIO
DE SUSTENTABILIDADE
2011





MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A sustentabilidade representa um desafio permanente às empresas no sentido de não comprometerem quer o desenvolvimento das gerações atuais quer das gerações futuras, pelo que a APS – Administração do Porto de Sines, S.A. (APS) tem vindo a reafirmar o seu compromisso estratégico com a sustentabilidade quer no pilar económico, quer nos pilares ambiental e social, num quadro de total transparência para com o shareholder e para com os stakeholders, situação que se encontra espelhada nos indicadores do presente Relatório de Sustentabilidade de 2011.

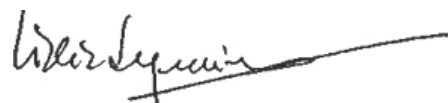
No aspeto económico salienta-se que apesar da redução de quase dois milhões de toneladas no Terminal de Granéis Líquidos, motivada por uma paragem técnica da Refinaria de Sines que se prolongou por mais de um trimestre, o porto de Sines movimentou, em 2011, um total de 25,8 milhões de toneladas de mercadorias, o que lhe permitiu, crescer 1,1% face aos 25,5 milhões de toneladas registadas em 2010, tendo contribuído para este indicador o Terminal de Contentores que registou um novo recorde de movimento de contentores ao atingir 447.495 TEUS, o Terminal Multipurpose que teve um crescimento de 34%, o Terminal Petroquímico com um crescimento de 33% e o Terminal de Gás Natural com um crescimento de 2,4%.

Outra referência da maior importância foi o crescimento das exportações em mais 8% face ao ano anterior, reforçando o posicionamento de maior porto exportador, com 5,4 milhões de toneladas exportadas, mantendo-se como principais destinos de exportação os Estados Unidos, Gibraltar, Canada, México, Extremo Oriente, Europa Central, e Espanha, e como novos destinos de relevo das exportações o Brasil, a Arábia Saudita, o Egipto e os Emiratos Árabes Unidos, registando-se como principais mercadorias exportadas os refinados, as pedras trabalhadas, o papel e o cartão, as cerâmicas, as peças metálicas e plásticas, os moldes, os polímeros, a maquinaria e instrumentos.

Os indicadores de desempenho ambiental reportados no presente relatório e a renovação em 2011-11-09 da certificação do Sistema de Gestão Ambiental conforme a norma ISO 14001, são o garante das preocupações da APS na redução do impacto ambiental da sua atividade, salientando-se que o porto de Sines na qualidade de maior porto intermodal ferroviário, registou um aumento de 28% na carga movimentada por ferrovia ao serem transportadas, em 2011, perto de 3 milhões de toneladas de mercadorias em comboio.

A promoção da saúde, segurança, bem estar e crescimento pessoal estão incorporadas na política social da empresa, mantendo a APS a certificação na norma ISO 9001 e a renovação em 2011-11-09 da certificação na especificação OSHAS18001, referindo-se que o valor registado em 2011 com encargos com a saúde é explicado pela alteração na forma de participações, em resultado do previsto na Lei nº 55-A/2010 de 30-12, relativa a Orçamento do Estado para 2011, tendo-se mantido na empresa os apoios à infância e aos estudos quer aos filhos ou equiparados dos trabalhadores e trabalhadoras quer aos próprios, sendo que em matéria de volume de horas de formação profissional foi registado um aumento relativamente ao ano anterior, ainda que se tenha verificado um decréscimo dos custos com formação, anotando-se ainda a entrada em produtivo do ERP SAP HCM, que disponibiliza ferramentas e funcionalidades capazes de potenciar a gestão das pessoas.

Reconhecendo-se o papel imprescindível das partes interessadas no bom desempenho da atividade do porto e nos resultados obtidos ao longo dos anos, a APS exige ética, integridade e profissionalismo, tendo para isso desenvolvido e implementado instrumentos de monitorização disponíveis em www.portodesines.pt, designadamente o Código de Ética e de Conduta formulado com base na norma NP 4460 e o Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*.





ÍNDICE

002	MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
006	NOTAS METODOLÓGICAS
009	1 / SUSTENTABILIDADE
011	1.1 Realização de Simulacros de Proteção e Segurança
012	1.2 Sensibilização e educação ambiental
013	1.3 Renovação da Bandeira Azul
	1.4 Porto de Sines parceiro em exposição no Pavilhão Atlântico
	1.5 Dia Mundial do Mar
014	1.6 Reforço de equipamentos de segurança e de proteção ambiental
	1.7 Encontro Regional do Projeto <i>Supergreen</i>
017	2 / ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS
023	3 / ABORDAGENS DE GESTÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO
025	3.1. Indicadores de desempenho económico
029	3.2. Indicadores de desempenho ambiental
037	3.3. Indicadores de desempenho social – Práticas laborais e trabalho condigno
057	3.4. Indicadores de desempenho social – Direitos humanos
	3.5. Indicadores de desempenho social – Sociedade
059	3.6. Indicadores de desempenho referentes à responsabilidade pelo produto
063	4 / AUTODECLARAÇÃO DO NÍVEL DE APLICAÇÃO DA GRI
067	5 / SUMÁRIO DO CONTEÚDO DA GRI
079	6 / LISTA DE ACRÓNIMOS E SÍMBOLOS
083	7 / INQUÉRITO DE APRECIÇÃO
089	8 / RELATÓRIO ÚNICO



NOTAS METODOLÓGICAS

O primeiro Relatório de Sustentabilidade da APS foi elaborado no ano de 2008 com base nas diretrizes e protocolos da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão 3.0 (G3), e respetivos indicadores de desempenho, tendo a partir do Relatório de Sustentabilidade de 2010 se adotado as diretrizes e protocolos GRI, na versão 3.1 (G3.1), referindo-se ainda que em todos os relatórios foi autodeclarada e obtida a classificação A, que refletiu o grau de abrangência das suas estruturas, não tendo sido obtido o possível “sinal mais” (+), por não se ter recorrido a verificação por entidades externas.

O presente Relatório de Sustentabilidade reporta-se única e exclusivamente à atuação e gestão da APS, excluindo dados de empresas participadas, de empresas concessionárias, de empresas licenciadas e outras, estabelecendo-se, sempre que possível, uma relação com as partes interessadas, referindo-se ainda que os dados relativos a recursos humanos e outros associados a partir do ano de 2011, não integram os trabalhadores que prestam serviço em empresas concessionárias, por motivo de alteração na forma de contabilização, o que afeta todos os indicadores reportados, no entanto, estes trabalhadores e trabalhadoras estão reportados no Relatório Único que consta em anexo ao presente documento.

Na senda da melhoria continua da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação do shareholder e dos stakeholders, a APS adota os princípios de bom governo das empresas do Sector Empresarial do Estado (SEE), previstos na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007 de 28 de março e as orientações estratégicas do Estado destinadas à globalidade do SEE previstas na

Resolução do Conselho de Ministros nº 70/2008 de 22 de abril, dispondo de um Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança (SI) certificado pela norma ISO 9001 desde 2005-12-05, e desde 2008-05-13 pela norma ISO14001 e OH-SAS18001, certificações que mantém desde as referidas datas.

No atual Relatório de Sustentabilidade e a par do ano anterior, não é relatada informação já contida no Relatório de Gestão e Contas do Exercício, sendo apresentado no Sumário do Conteúdo da GRI as referências necessárias para que as partes interessadas possam encontrar em ambos os documentos, entre outros, os tópicos referidos a estratégia e análise, perfil organizacional e governação, compromissos e envolvimento.

Desde 2009 que está disponível um inquérito de apreciação dos Relatórios de Sustentabilidade, não tendo sido recebido retorno pelas partes interessadas, pelo que o inquérito em anexo, de preenchimento facultativo, bem como perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo, deverão ser dirigidas a:

Nome: Helena Maria Silva

Função: Diretora de Recursos Humanos

Telefone: +351 269 860 600

Fax: +351 269 860 690

E-mail: geral@portodesines.pt

Sítio: www.portodesines.pt

Morada:

APS – Administração do Porto de Sines, S.A.,

Apartado 16, EC Sines, 7521-953 Sines, Portugal





1 /

SUSTENTABILIDADE



1.1 REALIZAÇÃO DE SIMULACROS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA

Os cinco terminais especializados do Porto de Sines foram os primeiros, a nível nacional, a obter a certificação no âmbito do Código Internacional para a Proteção dos Navios e das Instalações Portuárias (Código ISPS) implementado pela Organização Marítima Internacional (OMI) desde 1 de julho de 2004, com o objetivo de melhorar a proteção do transporte marítimo e a sua cadeia logística, certificação que tem vindo a ser mantida, tendo o Plano de Proteção do Porto sido aprovado em 29 de outubro de 2010 pela Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e dos Portos (ACPTMP).

Realizaram-se, durante o ano de 2011, exercícios e simulacros de proteção e segurança em várias instalações do Porto de Sines, nomeadamente na área alargada dos terminais de Granéis Líquidos e Petroquímico, com os operadores Companhia Logística de Terminais Marítimos, SA (CLT), Repsol e Euroresinas e no Terminal de Gás Natural (TGN) concessionado à REN Atlântico, em que participaram também os serviços de segurança da APS.

A realização destes simulacros de proteção pretende contribuir para a melhoria contínua dos processos relacionados com a segurança, e teve a colaboração de várias autoridades com competências na área, como a Capitania do Porto de Sines, o Posto de Fronteira 205-Sines, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Destacamento Territorial de Santiago do Cacém e o Destacamento de Controlo Costeiro de Sines, ambos da Guarda Nacional Republicana (GNR) e a APS.

Os simulacros de segurança foram enquadrados no Plano de Emergência do Porto de Sines (PEPS) que tem por objetivo definir os procedimentos para a gestão de eventuais situações de emergência originadas por incidentes ou acidentes de carácter tecnológico, natural ou social, por forma a reduzir ao máximo as consequências de eventuais sinistros que ocorram.

Desta forma, foi também possível a alguns dos operadores dar cumprimento à Diretiva Seveso II, relativa à prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas (Diretiva 96/82/CE).



1.2 SENSIBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A APS associou-se à iniciativa de um grupo de alunos do 12º ano da Escola Secundária Poeta Al Berto de Sines, no âmbito da disciplina de Área de Projeto, que organizaram uma atividade de carácter ambiental envolvendo a comunidade sineense em geral, tendo esta atividade apresentado duas vertentes, uma no âmbito da limpeza e recolha de lixo da praia de Vasco da Gama na zona do areal, e outra no âmbito da recolha de lixo marinho na zona do Porto de Recreio de Sines, com recurso a mergulhadores, tendo sido também distribuídos sacos do lixo com mensagens de sensibilização ambiental aos utilizadores do Porto de Recreio, durante a época balnear.

A atividade foi realizada em conjunto com a empresa Ecoalga e teve como principal objetivo envolver e sensibilizar a população sineense para a preocupação ambiental, através da participação ativa na limpeza destas áreas.

A APS por considerar fundamental uma estratégia de desenvolvimento sustentável, patente nas certificações do sistema de qualidade, ambiente e segurança segundo os mais elevados padrões internacionais e ainda no âmbito da atribuição da Bandeira Azul da Europa à Praia Vasco da Gama, associou-se às seguintes atividades de educação ambiental, que se realizaram na sua área de jurisdição:

ECOLOGIA E RECURSOS DO LITORAL ROCHOSO – MARÉ NO PONTAL

A iniciativa ecologia e recursos do litoral rochoso realizou-se na extremidade oriental da praia Vasco da Gama, junto ao Pontal, em parceria com o Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora (CIEMAR), pelo que durante a ação, após uma introdução geral acerca do ambiente físico da zona entre-marés (ou intertidal) de um litoral rochoso marinho, foram feitas observações in situ, durante a maré baixa, de animais e algas desta zona, com vista a conhecer os seus principais padrões de distribuição e abundância, e processos ou fatores que condicionam estes padrões (por exemplo, recrutamento, reprodução, ciclo de vida, comportamento, predação, competição, stress térmico, dessecação, hidrodinamismo). Foram também analisadas questões relativas à exploração e conservação dos recursos vivos observados.

“NÃO VAMOS SUJAR”

A ação consistiu na substituição dos sacos normalmente usados na recolha de resíduos no areal da praia por sacos em material biodegradável, os quais tinham gravada numa das faces a seguinte mensagem de sensibilização sobre o meio ambiente: “Não vamos sujar. O futuro dos oceanos depende de nós!”.

1.3 RENOVAÇÃO DA BANDEIRA AZUL

No corrente ano, a Praia Vasco da Gama e o Porto de Recreio de Sines, ambos geridos pela APS, voltaram a ser distinguidos pela atribuição da Bandeira Azul, símbolo de qualidade ambiental das duas infraestruturas.

Esta distinção é atribuída anualmente às praias e portos de recreio que cumpram um conjunto de critérios de natureza ambiental, de segurança e conforto dos utentes e de informação e sensibilização ambiental, sendo que, a nível internacional, a Bandeira Azul da Europa é reconhecida como uma eco-label, pela Comissão Europeia e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

1.4 PORTO DE SINES PARCEIRO EM EXPOSIÇÃO NO PAVILHÃO ATLÂNTICO

A APS associou-se à Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva), para a realização de uma exposição temporária no Pavilhão do Conhecimento, que estará patente até meados do ano de 2012, denominada “O mar é fixe mas não é só peixe”.

Esta exposição pretende demonstrar o papel importante que o mar tem desempenhado ao longo da história, ao nível científico, social e económico, no desenvolvimento da humanidade.

Considerando a importância desta exposição para a promoção das atividades relacionados com o mar, a APS celebrou um protocolo com a Ciência Viva, onde empresta o seu conhecimento ao projeto, nomeadamente no apoio de consultoria técnica para quaisquer questões de âmbito portuário relacionadas com a exposição ou com a preparação da mesma, estando ainda prevista a cedência temporária de algumas peças (materiais e equipamentos de interesse portuário) com relevância para a exposição.



1.5 DIA MUNDIAL DO MAR

A edição deste ano do Dia Mundial do Mar foi assinalada com uma ação de sensibilização em que participaram alunos da Escola E.B. 2/3 Vasco da Gama, de Sines.

Anualmente a OMI celebra o Dia Mundial do Mar durante o mês de Setembro, criando espaço de reflexão para os grandes temas relacionados com o transporte marítimo, tendo este ano sido escolhido o tema “Pirataria: orquestrando a resposta”.

O evento iniciou-se com uma visita ao rebocador “Castelo de Sines”, onde foram apresentados alguns procedimentos e equipamentos de segurança, tendo os cerca de 110 alunos tido a oportunidade de visitar o Porto de Sines pelo mar, a bordo de diversas embarcações locais pertencentes a agentes económicos e autoridades com atividade em Sines.

O evento terminou com a visita, em autocarro, ao Terminal XXI onde foi possível observar a operação do *megacarrier* “MSC Irene”, um dos maiores porta-contentores do mundo, com capacidade para 14.000 TEU.



1.6 REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Durante o ano de 2011 foi concluída a Sala de Planeamento onde, através do Sistema de Identificação e de Informação Geográfica (SIIG), será possível visualizar em tempo real o movimento portuário, planear a atracação de navios nos respetivos terminais e, por cais/postos, criar cenários e identificar potenciais conflitos de atracação, estando o módulo de planeamento integrado com o *Automatic Identification System (AIS)* e com a Janela Única Portuária (JUP), permitindo uma correta visualização das infraestruturas de ligação do navio com o porto, assim como a consulta e análise das operações portuárias.

Foram adquiridos novos equipamentos de comunicação rádio de alta qualidade e cobertura, tendo em vista a permanente garantia de segurança no porto, o que permitiu o aumento das capacidades do sistema, através da evolução de componentes vitais para a garantia de boa cobertura, fiabilidade e disponibilidade do sistema.

Com vista a aumentar a área de cobertura do radar existente, foi instalado um segundo radar na zona sul do porto, o que possibilitou uma melhoria da capacidade de deteção de outros navios e embarcações pelo Controlo de Tráfego, tendo ainda através da instalação de um sistema de visualização noturna, se verificado um incremento significativo na vigilância da área marítima do porto.

1.7 ENCONTRO REGIONAL DO PROJETO SUPERGREEN

A APS acolheu o 4º Encontro Regional do Fórum *Supergreen*, que é uma Ação de Coordenação e Apoio, cofinanciado pela Comissão Europeia no âmbito do 7º Programa-Quadro e envolve 22 parceiros de 13 países europeus, no qual se inclui a PSA Sines (Terminais de Contentores), concessionária do Terminal XXI, pretendendo-se potenciar o desenvolvimento sustentável das redes de transporte.

Os objetivos do projeto Supergreen englobam o desenvolvimento sustentável das redes de transporte através do cumprimento das exigências que abrangem aspetos de planeamento ambientais, técnicos, económicos, sociais e espaciais.

No encontro ocorrido em Sines foram avaliadas as tecnologias verdes e analisadas as formas de alcançar corredores de transporte sustentáveis, logística e ambientalmente, tendo a APS para além do acolhimento da ação, apresentado a JUP, um sistema que, só por si, através da desmaterialização de processos, contribui para melhorar a sustentabilidade da cadeia de transportes.

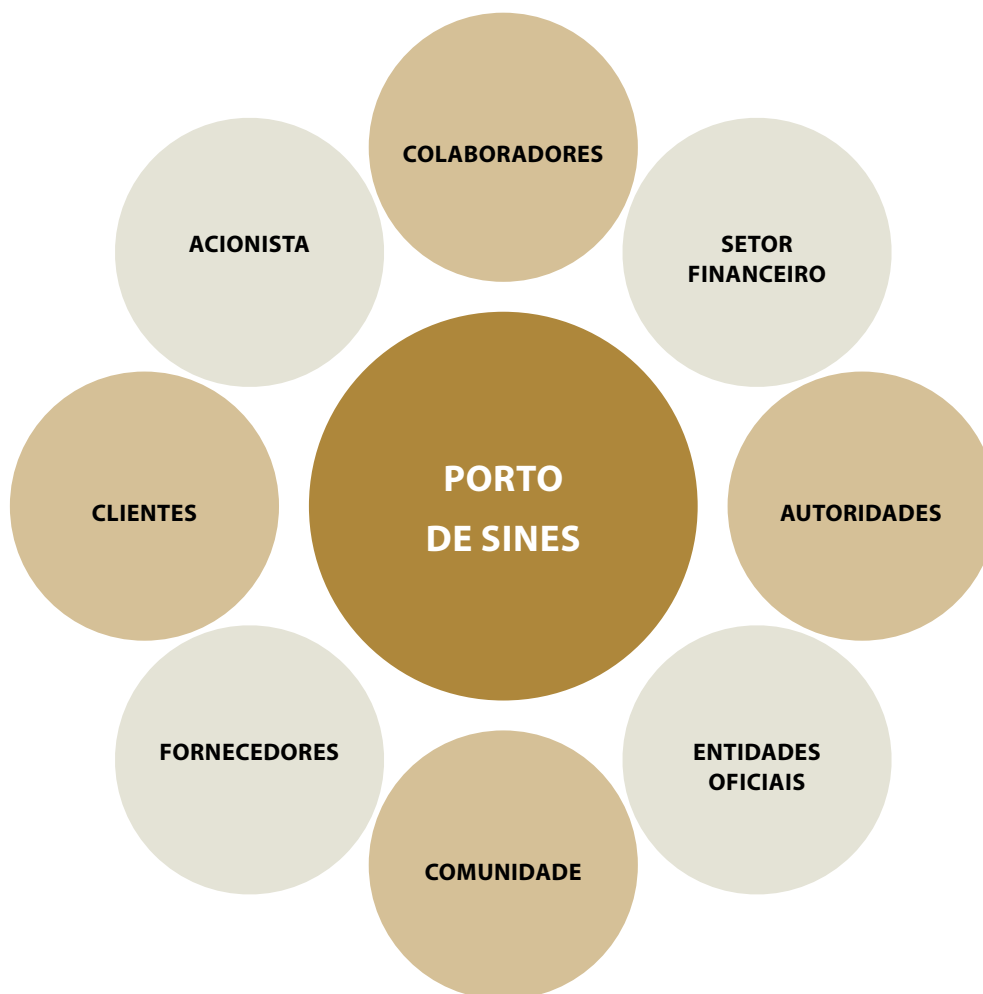




2 /

ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

O Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança, disponível em www.portodesines.pt, *Autoridade Portuária, Manual da Qualidade, Ambiente e Segurança, Apresentação da Empresa*, explicita a comunicação com o shareholder e os stakeholders, definindo formal e claramente as partes interessadas, que se consubstanciam:



O Fórum para a Simplificação de Procedimentos (FSP) é um espaço privilegiado para tratar as principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas, adotando a APS ainda outras medidas de monitorização de informações relativas à satisfação face aos serviços prestados pelo porto, quer através de um processo documentado de questionários e de tratamento de reclamações no âmbito do SI, o que permite beneficiar de uma relação aberta, transparente e eficiente com as partes interessadas, potenciadora do incremento das suas competências, bem como de informações necessárias à melhoria contínua do sistema integrado.

Na empresa, estão definidos dois processos de comunicação com as partes interessadas:

- Processo de tratamento de reclamações, que tem como objetivo garantir o correto tratamento de reclamações e potenciar a capacidade da organização para identificar as tendências e eliminar as causas de reclamações e melhorar as operações da APS, providenciando uma base para a revisão e análise contínuas do processo de tratamento de reclamações e do SI; e

- Processo de avaliação da satisfação do cliente, que tem como objetivo medir o grau de satisfação dos clientes da APS através da aplicação de inquéritos, identificando os pontos que constituam oportunidades de melhoria para o SI e que permitam determinar requisitos adicionais que melhorem a prestação da empresa e, deste modo, aperfeiçoem a relação com as partes interessadas.

A APS definiu como colaboradores, não só os trabalhadores como também os órgãos sociais, aposentados, reformados e respetivas famílias, estagiários e estruturas representativas dos trabalhadores, como forma de envolvimento de todos aqueles que contribuem ou já contribuíram para o desenvolvimento do Porto de Sines.

A APS potencia as competências dos seus trabalhadores através da formação e qualificação académico/profissional, como garante do investimento na aprendizagem ao longo da vida, geradora do desenvolvimento do capital humano, possibilitando ainda, e sempre que possível, a aquisição do estatuto de trabalhador estudante a trabalhadores que pretendam elevar o grau das suas qualificações académicas.

Com vista à melhoria da gestão do capital humano, foi ainda implementado o ERP SAP HCM, que disponibiliza ferramentas e funcionalidades capazes de potenciar a gestão das pessoas, contribuindo para o crescimento da organização e para a melhoria da qualidade da prestação de serviços, associando funcionalidades estratégicas como o sistema de avaliação do desempenho e a gestão da formação.

Mantém-se também a prática de gestão de protocolos de estágio com as Universidades de Évora e do Algarve, com os Institutos Politécnicos de Setúbal e de Beja, e convénios com estas instituições de ensino e com o Instituto Piaget-Cooperativa para o Desenvolvimento Humano Integral e Ecológico, C.R.L., com a Escola Superior Náutica Infante D. Henrique, e ainda o protocolo com a Empresa de Pilotagem da Barra de Luanda, com o Ceará Marine Pilots—Empresa de Praticagem do Esta-

do do Ceará, Lda., com o Corredor de Desenvolvimento do Norte Nacala e com a Escola Superior Náutica Infante D. Henrique.

A Constituição da Comunidade Portuária de Sines (CPSI) no ano de 2011, foi mais um passo rumo à melhoria do desenvolvimento comercial do Porto de Sines, e integra os principais agentes económicos com atividade nesta infra-estrutura portuária. Foram membros fundadores da CPSI a Câmara dos Despachantes Oficiais, a Industrias Químicas, S.A. (Euroresinas), a Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus, Lda (Recipneu), a agência de Navegação e Logística, Lda (SITANK), a empresa de Transporte e Comércio de Combustíveis Líquido e Gasoso, Lda (Tracogás), a Associação dos Agentes de Navegação de Portugal (AGEPOR) e a Mediterranean Shipping Company (MSC Portugal), estando ainda prevista a adesão de outras empresas, a curto prazo.



Enquadrada na atividade do porto em que se insere, a CPSI visa cumprir um conjunto de objetivos que contribuam para o desenvolvimento do Porto de Sines, nomeadamente no âmbito comercial, destacando-se de entre as metas estabelecidas, o contributo que pretende ser dado pela CPSI na projeção da infraestrutura portuária de Sines como uma referência à escala Ibérica, alargando a sua área de influência e potenciando a sua capacidade, de forma a torná-la fundamental no desenvolvimento do tráfego Ibérico, Europeu e Transcontinental.

A CPSI propõe-se ainda contribuir para a melhoria das condições de operacionalidade do Porto de Sines, bem como para o desenvolvimento da área logística adjacente, visando tornar Sines numa grande plataforma logística Ibérica e Europeia. Foi ainda celebrado um Protocolo entre a APS e a CPSI no âmbito do apoio logístico às atividades desenvolvidas por esta entidade, designadamente na utilização de instalações.

Ainda relativamente ao pilar social, e pese embora no período de referência do presente Relatório de Sustentabilidade, a APS não tenha sido distinguida com qualquer prémio, participa na Plataforma Supraconcelhia da NUT III e no Centro Europeu de Empresas Públicas (CEEP) no âmbito do Projeto “Assuntos Sociais e Recursos Humanos do CEEP Portugal”.

A APS tem vindo a introduzir melhorias no Código de Ética e de Conduta no que respeita a relacionamento externo com partes interessadas, assumindo a APS a regra do tratamento igualitário das partes interessadas, designadamente:



A APS trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores, estabelecendo procedimentos em matéria de aquisição de bens e serviços e adoptando critérios de adjudicação orientados por princípios de legalidade e de economia que assegurem a eficiência das transacções realizadas, a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito e considerando os requisitos da qualidade, ambiente e segurança. A conduta dos colaboradores nas relações com clientes e fornecedores pautam-se por práticas honestas, esclarecidas e profissionais e, bem assim, por contribuir para a criação de um vínculo de confiança e credibilidade, promovendo junto dos seus parceiros a observância dos regulamentos e práticas de qualidade, ambiente e segurança que estejam em vigor.



Na definição e implementação das suas políticas, estratégia e práticas organizacionais, a APS tem como uma das suas preocupações fulcrais assegurar a valorização dos capitais investidos e, bem assim, harmonizar a evolução dos negócios da APS com as expectativas das suas partes interessadas, considerados parceiros.



A APS presta às autoridades de supervisão e fiscalização toda a colaboração que se encontre ao seu alcance, satisfazendo as solicitações que lhes forem dirigidas e não adoptando qualquer comportamento que possa impedir, ou dificultar, o exercício das competências de supervisão cometidas a essas autoridades.



Os valores, políticas, planos estratégicos e gestão da APS têm sempre em conta os interesses sociais, pelo que presta informação ao público através da sua página na Internet e de contactos com a comunicação social, garantindo verdade e clareza.





3 /

ABORDAGENS DE GESTÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO



3.1. INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO

Apesar da situação desfavorável, a APS apresentou uma dinâmica assinalável, situação que está refletida no Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2011 que divulga com detalhe a abordagem de gestão relativa ao desempenho económico, presença no mercado e impactos, a qual é complementada nesta matéria na resposta aos indicadores de desempenho económico no presente Relatório de Sustentabilidade.

Pese embora a limitação do presente Relatório pelo facto de não contemplar dados relativos a empresas participadas, concessionárias e outras, salienta-se a participação no capital de diferentes empresas, assim como a participação em diversas associações sectoriais, profissionais e regionais, tais como:

Associação dos Portos de Portugal (APP)	Associação de Empresas do Litoral Alentejano (AEAL)	Associação Portuguesa da Qualidade (APQ)
Associação Portuguesa de Gestores de Recursos Humanos (APG)	Associação Empresarial da Região de Setúbal (AERSET)	Associação Empresarial de Sines (AES)
Associação Portuguesa do Transporte Marítimo de Curta Distância (APTMCD)	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transporte (ADFERSIT)	Associação Portuguesa de Portos de Recreio (APPR)
<i>World Association for Waterborne Transport Infrastructure (PIANC)</i>	<i>International Association of Ports and Harbours (IAPH)</i>	Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE)
Centro Europeu das Empresas com Participação Pública e/ou Interesse económico Geral (CEEP-Portugal)	Fórum de Administradores de Empresas (FAE)	Associação Para a Formação Tecnológica do Litoral Alentejano (ETLA)

ASPETO: DESEMPENHO ECONÓMICO

Essencial	EC1	Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos
------------------	------------	---

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS	2010	2011
Resultado Líquido (euros)	6.030.741	8.370.662
– distribuído sobre a forma de dividendos	5.276.898	4.185.331
– não distribuído	753.843	4.185.331
Resultado Operacional (euros)	5.974.528	8.962.233
EBITDA (euros)	13.296.056	22.442.834
Valor Acrescentado Bruto (euros)	25.928.460	26.401.826
Autonomia Financeira (%)	79,0	78,8

OUTROS INDICADORES	2010	2011
Investimento (euros)	2.234.696	22.181.533
Donativos (euros)	118.150	62.150
Indemnizações a Trabalhadores (euros)	0	274.675

Essencial	EC3	Cobertura das obrigações referentes do plano de benefícios definidos pela organização
------------------	------------	---

A APS constituiu uma provisão por recursos ao seu orçamento privativo para reestruturação, a atribuir a trabalhadores subscritores da Caixa Geral de Aposentações (CGA), que requereram a aposentação antecipada por referência a 2011-12-31, a atribuir

no momento em que vier a ser reconhecido esse direito pela CGA, a qual abrange cerca de 70% da população alvo de 34 trabalhadores, ou seja, 24 trabalhadores.

INCENTIVO PECUNIÁRIO AOS SUBSCRITORES DA CGA	2009	2010	2011
Montante global	230.290,84€	n.a.	1.190.088,42€

Essencial	EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo
------------------	------------	--

Ao nível do apoio financeiro público, a APS recebeu em 2011 os seguintes subsídios a fundo perdido:

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO RECEBIDOS EM 2011		
DATA	PROJECTOS	VALOR (Euros)
	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	
	<i>POAT - PROGRAMA OPERACIONAL DE ACESSIBILIDADES E TRANSPORTES</i>	
29-12-2011	Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines	104.558,96
	<i>POVT - PROGRAMA OPERACIONAL DE VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO</i>	21.045,43
08-06-2011	Sistemas Operacionais de Supervisão Portuária	
	Sistemas Operacionais de Supervisão Portuária	43.152,42
30-12-2011		
	SUB-TOTAL FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO	168.756,81
	FINANCIAMENTO DO O.E.	
	<i>PIDDAC</i>	
16-02-2011	Planeamento e Controle de Operações Marítimo Portuárias	73.750,00
16-02-2011	Ampliação do Molhe Leste do Porto de Sines – 2ª Fase	13.750,00
	SUB-TOTAL FINANCIAMENTO O.E.	87.500,00
	TOTAL	256.256,81

ASPETO: PRESENÇA NO MERCADO

Adicional	EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género, nas unidades operacionais importantes
------------------	------------	--

Não existem na empresa trabalhadores nem trabalhadoras com remuneração indexada ao Salário Mínimo Nacional (SMN), apresentando-se a comparação da base de remuneração dos

trabalhadores e trabalhadores com o SMN e com o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), já que a empresa não dispõe de dados relativos aos salários pagos pelas empresas locais.

EVOLUÇÃO SALARIAL	GÉNERO	2009	2010	2011
SMN-Salário Mínimo Nacional		450,00 €	475,00 €	485,00 €
IAS-Indexante dos Apoios Sociais		419,22 €	419,22 €	419,22 €
Evolução da base de remuneração mais baixa paga pela APS relativamente ao SMN	H	1,91	1,62	1,59
	M	1,91	1,81	1,77
Evolução da base de remuneração mais baixa paga pela APS relativamente ao IAS	H	2,05	1,83	1,83
	M	2,05	2,05	2,05
Evolução da base de remuneração mais alta paga pela APS relativamente ao SMN	H	12,09	10,88	9,59
	M	14,13	12,71	11,21
Evolução da base de remuneração mais alta paga pela APS relativamente ao IAS	H	12,97	12,32	11,09
	M	15,17	14,41	12,97

Essencial	EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes
------------------	------------	---

A contratação de fornecedores locais constitui para a empresa, uma prática de valorização da economia local e melhoria do relacionamento com a sociedade envolvente, pelo que para efeitos do presente Relatório de Sustentabilidade, considera-

ram-se fornecedores locais os sedeados no concelho de Sines, bem como os sedeados nos concelhos limítrofes ou contíguos, como é o caso do concelho de Santiago do Cacém e Odemira.

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011
Aquisições a fornecedores locais	2.439.615,87€	1.470.738,37€	1.333.119,13€

Essencial	EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes
------------------	------------	--

As práticas de gestão de recursos humanos relacionadas o recrutamento e seleção, não têm na sua base qualquer tipo de critério preferencial de residentes no concelho onde a empresa opera, sendo os trabalhadores preferencialmente recrutados através de concursos de admissão internos e/ou externos, por publicação de anúncio em jornais de tiragem regional.

As eleições para cargos de administração e fiscalização são efetuadas em sede de Assembleia Geral da empresa, pelo acionista Estado, não tendo a APS qualquer influência nas decisões relativas à presença de moradores locais nesses cargos, sendo o Conselho de Administração composto por três elementos que integram o efetivo da empresa, de entre os quais uma mulher, que preside, e relativamente ao qual um dos membros provém do distrito de Setúbal, enquanto que o Conselho Fiscal é composto por três elementos efetivos e um suplente em que três

são mulheres, das quais uma preside e a outra é suplente, e que não constam do efetivo da empresa, por não exercerem funções a tempo completo.

Das 10 chefias de primeira linha, em que 8 são do género masculino e 2 do género feminino, 46% são oriundas do distrito de Setúbal onde pertence geográfica e territorialmente a empresa, ou são oriundas das ex-colónias portuguesas, encontrando-se totalmente integradas na área alargada de Sines.

DISTRITO DE NASCIMENTO DE DIRIGENTES E CHEFIAS DE PRIMEIRA LINHA	H	M
Setúbal	2	0
Lisboa	2	0
Portalegre	1	0
Castelo Branco	1	0
Viana do Castelo	1	0
Aveiro	1	0
Viseu	0	1
Angola	1	1
Moçambique	1	1
Total	10	3

ASPETO: IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS

Essencial	EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i>
------------------	------------	---

A empresa pertence ao SEE, presta um serviço público e gere portanto património público, pelo que todos os investimentos da empresa têm como objetivo o interesse público, numa lógica de prestação de serviços de qualidade e de competitividade, no

exercício da regulação da atividade portuária, na maximização do retorno do acionista Estado, na preservação do património afetado, na salvaguarda da segurança de pessoas e bens e na minimização dos impactos para os recursos naturais e para o ambiente.

3.2. INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL

Para além das normas em que a empresa é certificada, destaca-se a manutenção em 2011 da certificação na Norma de Gestão Ambiental de acordo com a norma ISO 14001:2004 e da Norma de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho em conformidade com a norma OHSAS 18001:2007, estando por isso obrigada a adotar, assegurar e manter políticas de redução do impacto da sua atividade no ambiente, na segurança e saúde no trabalho, encontrando-se por isso a abordagem de gestão relacionada com os processos que a asseguram.

De acordo com a implementação de planos e de programas de gestão ambiental, a empresa continua a identificar boas-práticas relativas à minimização dos impactos da sua atividade no ambiente, tendo, para além das identificadas em Relatórios de Sustentabilidade de anos anteriores, procedido no ano de 2011 à revisão da boa prática relativa ao consumo de energia elétrica e procedido também à identificação de novas boas práticas relacionadas com a prevenção de lesões músculo-esqueléticas, quer na movimentação manual das cargas, quer nas posturas no trabalho.

Encontram-se também definidas e implementadas medidas relacionadas com a recolha seletiva de resíduos, com os requisitos e critérios ambientais enquadradas na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas, assim como medidas preventivas de minimização de emissões para o ar, água e solo, que incluem práticas de controlo e monitorização ambiental asseguradas por entidades direcionadas para a investigação e ensino, designadamente a monitorização dos ambientes marinhos do porto, o controlo da qualidade das águas balneares, no combate à poluição e em outras situações de urgência e emergência.

No que respeita ao acompanhamento preventivo de novos projetos para a área portuária, é também efetuado um acompanhamento das consequências que esses projetos poderão vir a ter no ambiente, levando a efeito as correspondentes avaliações de impacto ambiental e estudos de incidências ambientais.

A resposta aos indicadores de desempenho ambientais no presente Relatório de Sustentabilidade, que abrangem o *reporting* dos impactos da atividade da empresa relacionados com aspetos materiais, de energia, de água, biodiversidade, emissões efluentes e resíduos, produtos e conformidade, complementam a abordagem de gestão ora descrita, e permitem deduzir o bom desempenho ambiental da empresa através da redução dos consumos de água, papel, combustíveis e eletricidade, entre outros.

ASPEITO: MATERIAIS

Essencial	EN1	Materiais utilizados, por peso ou volume
------------------	------------	--

O presente indicador de desempenho, ainda que não esteja diretamente relacionado com a sua atividade principal, demonstra a evolução dos dados relevantes relativos a consumos e materiais utilizados na empresa, de acordo com a boa prática definida para redução do consumo de papel, tinteiros e *toners*.

CONSUMO DE PAPEL (RESMAS)	2009	2010	2011
Resma de Papel A4 80 Grs. para Fotocópias	1157	1187	986
Resma de Papel A3 80 Grs. para Fotocópias	9	21	12
CONSUMO DE TINTEIROS E TONERS	2009	2010	2011
Tinteiros (unidades)	19	10	16
Toners (unidades)	117	121	106

ASPETO: ENERGIA

Essencial	EN3	Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária
------------------	------------	---

O alcance de reduções consideradas significativas no consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária, traduz-se pela adoção de medidas de eficiência no consumo de combustíveis, relacionadas com a utilização de gasóleo, gasolina e gás natural.

GASÓLEO	2009	2010	2011
I	156.731,61	207.408,57	201.881,65
GJ	5.734,57	7.588,77	7.316,61

Fatores de Conversão e Emissão: gasóleo PCI=43.3 GJ/ton densidade gasóleo=0,837 t/m³ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)

GASOLINA	2009	2010	2011
I	3.264,00	3.777,96	2.666,84
GJ	105,28	121,86	92,59

Fatores de Conversão e Emissão: gasolina PCI=44.8 GJ/ton (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009) Densidade gasolina=775 kg/m³ (DL 89/2008)

GÁS NATURAL	2009	2010	2011
m ³	13.139	20.328	12.633

Essencial	EN4	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária
------------------	------------	--

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011
Energia intermediária comprada e consumida de fontes não renováveis	359.789 GJ*	345.875 GJ**	377.668 GJ***
Energia primária correspondente utilizada para a produção de eletricidade (Despacho nº 17313/2008 de 26 de Junho)	899.473 GJ****	864.688 GJ****	943.170 GJ****

*Eletricidade 2.873.314 kWh / **Eletricidade 2.767.003 kWh / ***Eletricidade 3.018.145 kWh/ ****Rendimento médio de 40% entre a produção/ transporte de eletricidade e o seu ponto de entrega ao consumidor /

Adicional	EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência
------------------	------------	--

DESIGNAÇÃO	2009*	2010*	2011*
Instalação de micro geradores eólicos (potência total 3kW)	1 GJ	2 GJ	2 GJ
Instalação de equipamentos reguladores de tensão na iluminação pública	154 GJ	154 GJ	154 GJ
Instalação de controladores de iluminação interior nos escritórios (sensor de presença e regulador de intensidade em função da luz natural)	20 GJ	20 GJ	20 GJ
Instalação de detetores de presença nos WC dos edifícios Administrativo e Técnico	28 GJ	28 GJ	28 GJ

* Valor estimado

Adicional	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas
------------------	------------	--

A pensar no futuro, a empresa começou a desenvolver medidas no sentido da obtenção de certificação energética, garantindo melhorias significativas na qualidade do ar interior dos edifícios através da aprovação de um projeto de implementação de um novo sistema de climatização, assim como alcançar reduções ainda maiores nos consumos de energia através da instalação de sensores de presença e movimento e da implementação de iluminação com recurso a leds nos espaços exteriores dos edifícios.

Esteve também em curso a análise da hipótese de instalação duas centrais fotovoltaicas e a produção de energia a partir das ondas do mar, no sentido de substituir o recurso a energias fósseis pelo recurso a energias renováveis, pelo que apesar dos esforços desenvolvidos não foi possível à empresa avançar com os projetos dada a atual conjuntura económica que o país atravessa, e que afeta também a empresa.

ASPETO: ÁGUA

Essencial	EN8	Consumo total de água, por fonte
------------------	------------	----------------------------------

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011
Abastecimento de água potável pela CMS	106.667 m ³	98.683 m ³	59.492 m ³
Abastecimento de água potável pela Águas de Stº André	8.678 m ³	7.348 m ³	9.874 m ³
Abastecimento de água industrial pela Águas de Stº André	36.580 m ³	33.384 m ³	21.181 m ³

ASPETO: BIODIVERSIDADE

Essencial	EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas
------------------	-------------	---

A empresa não possui terrenos na sua área de jurisdição, arrendados ou administrados, no interior de zonas protegidas ou em áreas de alto índice de biodiversidade, salientando-se que as áreas protegidas mais próximas são a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha a cerca de dois quilómetros a

norte e que constitui uma Zona de Proteção Especial (ZPE) para a avifauna, assim como o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina a cerca de um quilómetro a sul e os Sítios Costa Sudoeste e Comporta e da Galé que se encontram incluídos na Lista Nacional de Sítios (Natura 2000).

Essencial	EN12	Descrição dos impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas
------------------	-------------	--

O presente indicador de desempenho está diretamente relacionado com o anterior, pelo que a flora existente e descrita em vários estudos ambientais efetuados é caracterizada por uma vegetação muito artificializada e desprovida de interesse botânico, já que o coberto vegetal é ralo e muitas vezes inexistente dadas as severas condições do ambiente local. Em alguns casos o coberto vegetal é constituído por plantas ruderais (especialmente *Lavatera crética*, *Chamaemelum mistum*, *Plantago major* e *Leontodon taraxacoides*) e exóticas como o chorão (*Carpobrotus edulis*), as acácias (*Acacia longifolia* e *A. Melanoxylon*) e a azedinha (*Oxalis pes-caprae*), que ocupam uma grande parte da área vegetada, sendo ainda possível observar espécies instaladas com o objetivo de se proceder ao enquadramento paisagísticos da zona pedreira como, por exemplo, *Pinus pinea*.

Relativamente à fauna, de destacar que a área não tem condições para proporcionar habitats de reprodução ou alimentação estáveis e naturalizados que fixem espécies muito exigentes, pelo que a comunidade faunística é pobre e pouco diversificada, podendo no entanto observar-se alguns antrópodes terrestres e, esporadicamente, espécies da avifauna como a gaivota argêntea, a andorinha e o pardal comum, espécies ubíquistas, de grande resistência e sem valor de proteção, e ainda a presença da lagartixa do mato na zona de pinhal.

Relativamente à componente biológica e ecológica marinha e de acordo com a descrição efetuada em vários estudos não existem espécies macrobentónicas endémicas, com estatuto de conservação ou protegidas por convenção internacional ou diretiva comunitária.

A zona marinha na envolvente do porto tem algum interesse do ponto de vista económico, devido à sua utilização em atividades de pesca artesanal na região, sobretudo efetuada em pequenas embarcações e à relativa riqueza de recursos piscícolas, nomeadamente pequenos peixes pelágicos que conferem à região adjacente valor para a pesca comercial com base no Porto de Pesca de Sines, pelo que na proximidade do porto estas atividades são praticamente inexistentes.

Relativamente à avaliação dos impactos das atividades portuárias na qualidade dos ambientes marinhos, mostra-se na tabela seguinte algumas das atividades que ocorrem na área portuária, seus aspetos e impactos ambientais, bem como a significância dos impactos e algumas medidas de minimização.

ACTIVIDADE	ASPETOS POTENCIAIS	IMPACTES POTENCIAIS	SIGNIFICÂNCIA	MEDIDAS
Entrada de navios em porto	Emissão de águas de deslastro, águas residuais, lavagem de tanques	Alteração da qualidade dos ambientes marinhos. Perda de biodiversidade.	Impacte ambiental significativo.	Regulamentos internos. Requisitos legais. Controlo da qualidade dos ambientes marinhos e da perda de biodiversidade.
Entrada de navios em porto	Libertação de substâncias que entram na composição de tintas anti-vegetativas	Alteração da qualidade dos ambientes marinhos. Perda de biodiversidade.	Impacte ambiental significativo.	Requisitos legais. Controlo da qualidade dos ambientes marinhos e da perda de biodiversidade.
Intervenção e combate a incidentes/ acidentes, p.e. derrame.	Derrame de combustível	Alteração da qualidade dos ambientes marinhos. Perda de biodiversidade.	Impacte ambiental significativo.	Meios de combate a acidentes/ incidentes.

No que respeita à evolução da qualidade da água na Praia Vasco da Gama (PVG), destaca-se a sua excelente classificação, tendo em conta que a biodiversidade, em especial a dos ambientes marinhos e a qualidade dos ecossistemas, é monitorizada a por estudos promovidos pela APS em cooperação com a Universidade de Évora:

ÁGUA BALNEAR	2009	2010	2011
Classificação da qualidade da água balnear da PVG (Decreto-Lei nº 135/2009) na época balnear.	Excelente	Excelente	Excelente
Nº de vezes em que o VL foi excedido durante a época balnear, para a E. coli e Enterococos.	0	0	0

Índice calculado com base no Decreto-Lei nº 135/2009 de 3-6.

Adicional	EN13	<i>Habitats protegidos ou recuperados</i>
------------------	-------------	---

Não existem na área portuária áreas com condições para proporcionar habitats de reprodução ou alimentação estáveis e naturalizados que fixem espécies exigentes, pelo que a comunidade faunística é pobre e pouco diversificada, não exigindo medidas de proteção ou de correção especiais.

No entanto, deu-se continuidade à implementação de medidas corretivas para a minimização e resolução da contaminação dos solos e águas subterrâneas, detetada na área do Terminal Petroquímico, através da execução de sondagens e instalação de piezómetros na zona afetada, tendo sido efetuada a colheita amostras de águas subterrâneas e efetuadas análises, afim de para avaliar a extensão e o nível de contaminação, permitindo recuperar a área envolvida e artificializada.

Da área de jurisdição da APS faz também parte uma pedreira de gabro/dioritos denominada de “Monte Chãos”, com uma área licenciada de aproximadamente 105ha, encontrando-se atualmente em lavra ativa, tendo sido elaborado um Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística com o principal objetivo de promover a integração e recuperação paisagística da pedreira, destacando-se uma área de aproximadamente 5ha, junto ao limite NO da exploração, recuperada com espécies vegetais autóctones e/ou com características da região, cuja área se pretende no futuro tornar apta para usos diversos, designadamente florestal.

Adicional	EN14	Estratégias e programas, atuais e futuros, de gestão de impactos na biodiversidade
------------------	-------------	--

Para além das medidas já reportadas nos indicadores de desempenho anteriores, na continuação da área já recuperada na Pedreira de Monte Chãos iniciou-se a modelação de uma área adjacente que permitirá minimizar as alterações morfológicas, dando-se início à preparação a sua recuperação, dando-se continuidade à análise dos ambientes marinhos e dos padrões de variação espacial e temporal tendo sido terminado no ano de 2011 o Plano de Monitorização dos Ambientes Marinhos.

No futuro pretende-se também terminar alguns projetos já iniciados e já referidos no presente Relatório de Sustentabilidade, designadamente na implementação de novas medidas para redução do consumo de energia o acompanhamento ambiental da obra da 2ª fase de ampliação do molhe leste do Porto de Sines, o acompanhamento da gestão das áreas concessionadas e licenciadas no que respeita ao cumprimento dos requisitos legais ambientais e de segurança, a obtenção da certificação energética da APS e a garantia da qualidade do ar interior.

ASPETO: EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS

Essencial	EN16	Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito de estufa, por peso
------------------	-------------	---

A evolução dos consumos de eletricidade, combustíveis e gás natural na empresa foi a seguinte:

CONSUMO DE ELETRICIDADE	2009	2010	2011
kWh	2.873.314	2.767.003	3.018.145
CO ₂ (tCO ₂ eq)	1.352,8	1.300,49	1.418,53

Emissões totais indiretas, calculadas a partir dos fatores de conversão indicados no Despacho n. 17313/2008 de 26 de Junho (0,47kg CO₂e/kWh)

GASÓLEO	2009	2010	2011
L	156.731,61	207.408,57	201.881,65
GJ	5.734,57	7.588,77	7.316,65
CO ₂ (tCO ₂ eq)	424,93	562,33	542,16

Fatores de Conversão e Emissão: Densidade gasóleo = 845 Kg/m³ / 1 ton gasóleo = 43,3 GJ / 1GJ gasóleo emite 74,1 kg de CO₂ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)

GASOLINA	2009	2010	2011
L	3.264,00	3.777,96	2.666,84
GJ	105,28	121,86	92,59
CO ₂ (tCO ₂ eq)	7,22	8,36	6,35

Fatores de Conversão e Emissão: Densidade gasóleo = 775 Kg/m³ (Fonte: DL 89/2008) / 1 ton gasóleo = 44,8 GJ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009) / 1GJ gasóleo emite 68,6 kg de CO₂ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)

GÁS NATURAL	2009	2010	2011
m ³	13.139	20.328	12.633
CO ₂ (tCO ₂ eq)	32,01	49,52	30,78

Fatores de Conversão e Emissão: Densidades gás natural = 0,84 Kg/m³N.

Salienta-se que a geração de emissões diretas de gases com efeito de estufa referem-se a consumos de combustível do trem naval, transporte de pessoas e bens e de equipamentos utilizados, e do gás natural utilizado na caldeira do Porto de Re-

creio, sendo as emissões indiretas geradas pelo consumo de eletricidade, não sendo contabilizadas as emissões com origem em fugas nos equipamentos que contêm gases de refrigeração por não serem significativas.

EMISSIONES DE GEE(tCO ₂ eq)	2009	2010	2011
Emissões diretas (tCO ₂ eq)	485,27	481,68	579,29
Emissão indiretas (tCO ₂ eq)	1.352,8	1.300,49	1.418,53

Essencial	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso
------------------	-------------	--

Relativamente a outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito de estufa, salienta-se a contabilização de emissões diretas relativas ao transporte de trabalhadores e de trabalhadoras de e para o local de trabalho através de veículos da fro-

ta automóvel da empresa, e relativas a situações de deslocções em serviço, não sendo contabilizadas emissões associadas a empresa prestadora de serviços de transporte por não se possuir os registos dos consumos de combustível associados.

Adicional	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas
------------------	-------------	--

DESIGNAÇÃO	2009	2010	2011
Poupança estimada pela instalação de micro geradores eólicos (potência total 3kWh)	0,2 TCO2e	0,2 TCO2e	0,2 TCO2e
Poupança estimada pela instalação de equipamentos reguladores de tensão na iluminação pública	20,1 TCO2e	20,1 TCO2e	20,1 TCO2e
Poupança estimada pela instalação de controladores de iluminação interior nos escritórios (sensor de presença e regulador de intensidade em função da luz natural)	2,6 TCO2e	2,6 TCO2e	2,6 TCO2e
Poupança estimada por instalação de detetores de presença nos WC dos edifícios Administrativo e Técnico	3,6 TCO2e	3,6 TCO2e	3,6 TCO2e

Essencial	EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso
------------------	-------------	--

No desenvolvimento da atividade da empresa não são utilizados produtos que contenham *Ozone Depleting Substances* (ODS), sendo contudo efetuadas intervenções de manutenção e substituição de equipamentos de ar condicionado de acordo

com a legislação em vigor, e elaborados planos de manutenção preventiva, sem contabilização das respetivas emissões, já que a probabilidade de ocorrência da libertação de ODS nesses equipamentos é muito reduzida.

Essencial	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso
------------------	-------------	---

As emissões atmosféricas geradas pela queima de combustíveis fósseis na frota automóvel, no trem naval e pela utilização de equipamentos, designadamente pelos grupos geradores de emergência de funcionamento ocasional não são significativas, não sendo sistematicamente monitorizadas emissões atmosféricas com este tipo de origem.

A empresa não desenvolve atividades que diretamente produzam emissões significativas de quaisquer poluentes identificados no presente indicador de desempenho, registando-se contudo a quantidade de combustível utilizado e total de emissões de gases com efeito de estufa, em toneladas equivalentes de CO₂.

Essencial	EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino
------------------	-------------	---

A produção de efluentes de natureza doméstica são tratadas por uma entidade externa, sendo as águas pluviais livres de contaminação descarregadas em meio hídrico.

Essencial	EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e por método de eliminação
------------------	-------------	---

A estimativa de resíduos produzidos é mostrada no quadro seguinte, destacando-se o facto da sua gestão ser efetuada por uma empresa externa:

RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS				RESÍDUOS PERIGOSOS			
QUANTIDADES ESTIMADAS (ton)				QUANTIDADES ESTIMADAS (ton)			
DESTINO ⁽¹⁾	2009	2010	2011	DESTINO ⁽¹⁾	2009	2010	2011
R13	32,9	6,85	4,86	D15	2,00	0	0
D15	0,001	0,03	0	R9	12,00	0	0
D1	54,46	10,3	14,2	R13	0,85	0,01	0
R4	0	0	0,005	D9	0	0,055	0,005

(1) De acordo com Portaria 209/2004, de 03 de Março.

Essencial	EN23	Número e volume total de derrames significativos
------------------	-------------	--

A empresa regista todos os acidentes e incidentes que ocorreram na área portuária, tendo no ano de 2011 sido detetadas algumas situações não conformes, as quais, da análise efetuada, não foram consideradas significativas dado o seu volume, área atingida e entidades envolvidas, salientando-se ainda que

as empresas concessionárias e licenciadas são responsáveis, no âmbito da sua atividade, pelos produtos derramados, ativando os respetivos planos de emergência em interligação com os restantes planos de emergência das Autoridades Portuária e Marítima.

DERRAMES	2009	2010	2011
Número total de derrames (nº)	0	0	0
Volumes de derrames (l)	0	0	0

ASPETO: PRODUTOS E SERVIÇOS

Essencial	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto
------------------	-------------	---

No ano 2011 foram instalados sensores de presença e de movimento, para controlo da iluminação nos edifícios da empresa, tendo nas áreas exteriores e em algumas áreas interiores sido substituídas as lâmpadas tradicionais por leds e ecotubos, desenvolveram-se trabalhos para a obtenção certificação energética dos edifícios por forma a permitir aumentar resultados de eficiência energética e reduzir emissões, tendo ainda sido cumprido o plano de manutenção preventiva dos equipamentos de ar condicionado para garantir a proteção dos trabalhadores e trabalhadoras.

Relativamente à gestão de contratos e concessões em curso finalizaram-se os trabalhos iniciados em 2009, por integração dos requisitos ambientais na avaliação das atividades destas entidades e sensibilização para a necessidade de adotar medidas de minimização dos impactes ambientais quando necessário, pelo que todos os novos contratos, quando justificável, integrarão requisitos ambientais a cumprir, avaliação dos seus impactes e respetivas medidas de minimização.

ASPETO: CONFORMIDADE

Essencial	EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e numero total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais
------------------	-------------	--

Durante o ano 2011 a empresa não foi sancionada por incumprimento de leis e regulamentos ambientais, tendo sido absolvida, em recurso judicial, de contraordenação pela prática ne-

gligente de poluição do meio marinho, por factos ocorridos no ano de 2008.

ASPETO: GERAL

Adicional	EN30	Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo
------------------	-------------	--

INVESTIMENTOS 2011	
DESIGNAÇÃO	VALOR (euros)
Iluminação led para área ajardinada	19.826
Equipamentos de recolha de hidrocarbonetos	28.411
Veículo e equipamento técnico de apoio	38.557
Total	86.794

CUSTOS 2011	
DESIGNAÇÃO	VALOR (euros)
Trabalhos Especializados (Análises ar, água, areia e solos)	85.921
Donativos de Mecenato Ambiental	2.700
Total	88.621

3.3. INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL – PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO CONDIGNO

Ainda que num ambiente macroeconómico desfavorável, a empresa integra nas suas práticas de gestão de recursos humanos uma constante preocupação social relativamente aos seus trabalhadores e trabalhadoras, assim como uma abertura constante ao diálogo com as estruturas representativas dos trabalhadores, no sentido da cooperação na promoção de melhores condições de trabalho para todas e para todos.

Assim a resposta a todos os indicadores de desempenho referentes a práticas laborais e trabalho condigno, reflete essa preocupação e a abordagem de gestão nesta matéria, referindo-se que o ano de 2011 foi marcado em matéria laboral pela necessidade de aplicação de medidas imperativas decorrentes da Lei do Orçamento do Estado, não se tendo procedido a atualizações salariais, mas sim à aplicação de reduções remuneratórias progressi-

vas, inversamente proporcional às remunerações detidas pelas trabalhadoras e trabalhadores, conforme consta da referida lei.

A abertura constante do Conselho de Administração ao diálogo, quer perante os trabalhadores e trabalhadoras da empresa, quer perante as estruturas sindicais representativas, numa busca permanente de melhoria das condições de trabalho, assegura a comunicação *top-down-top*, aliás promovida e garantida pelo Sistema de Gestão Integrado, existindo sempre a possibilidade de acionar mecanismos que permitem aos trabalhadores e trabalhadoras transmitir recomendações ao Conselho de Administração, sendo este sistema um meio privilegiado de comunicação vertical possibilitador da participação e da melhoria contínua da atividade e ação da empresa.

Ainda adentro dos canais de comunicação promovidos dentro da empresa, de salientar a possibilidade de todos os trabalhadores e trabalhadoras poderem fazer parte do processo de melhoria contínua não só ao nível dos processos considerados operacionais e de suporte, mas também ao nível da transmissão de recomendações da Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) ao Conselho de Administração, através da implementação de mecanismos de controlo ambiental e de segurança já descritos na abordagem de gestão ambiental.

Por outro lado, salienta-se a constante preocupação ao nível da promoção das competências dos trabalhadores e trabalhado-

ras da empresa através do desenvolvimento do potencial humano, e de serem tomados sempre em consideração, nomeadamente, ao nível das práticas de gestão de recursos humanos, os princípios de transparência, igualdade, justiça e imparcialidade, aliás constantes do Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460.

Realça-se ainda no ano de 2011 o início da revisão do processo de recrutamento e seleção, por forma a incorporar e a tornar mais transparente todo o processo, designadamente incorporando os princípios de igualdade de género nas práticas de recrutamento e seleção de trabalhadores e de trabalhadoras.

ASPETO: EMPREGO

Essencial	LA1	Discrimine a mão-de-obra total por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região, distribuídos por género
------------------	------------	--

O efetivo da empresa tem vindo a manter-se estável, sendo a redução verificada em 2011 explicada pela forma de contabilização dos 33 trabalhadores e trabalhadoras afetos à prestação de serviços em empresas concessionárias, que passou a ser feita autonomamente, afetando todos os indicadores reportados relativos a recursos humanos.

A promoção da estabilidade no emprego é uma preocupação da empresa, verificada por os 176 trabalhadores e trabalhadoras deterem um vínculo por tempo indeterminado, não existindo na empresa pessoas com contratos de trabalho a termo ou em regime de *part-time*.

EVOLUÇÃO POR VÍNCULOS				
	GÉNERO	2009	2010	2011
Contratos sem termo	H	153	155	123
	M	54	53	50
	T	207	208	173
Orgãos Sociais	H	2	2	2
	M	1	1	1
	T	3	3	3
Contratos a termo	H	0	0	0
	M	0	0	0
	T	0	0	0
Efectivo em 31-12	H	155	157	125
	M	55	54	51
	T	210	211	176
Efectivo médio	H	157	156	126
	M	57	55	51
	T	214	211	177

NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL				
	GÉNERO	2009	2010	2011
Dirigentes	H	2	2	2
	M	1	1	1
	T	3	3	3
Quadros Superiores	H	49	50	45
	M	22	22	24
	T	71	72	69
Quadros Médios	H	17	17	14
	M	0	0	0
	T	17	17	14
Profissionais Qualificados	H	51	52	31
	M	31	30	25
	T	82	82	56
Profissionais Semi-Qualificados	H	36	36	33
	M	0	0	0
	T	36	36	33
Profissionais não Qualificados	H	0	0	0
	M	1	1	1
	T	1	1	1
TOTAL	H	155	157	125
	M	55	54	51
	T	210	211	176

Essencial	LA2	Número total de trabalhadores e taxa de trabalhadores contratados e de rotatividade, por faixa etária, género e região
------------------	------------	--

Durante o ano de 2011 verificou-se a admissão de 1 trabalhador do género masculino, que se encontra no escalão etário dos 30 aos 50 anos de idade, representando 1,28% dos efetivos registados nesse escalão etário.

No que respeita a saídas da empresa considerou-se a saída teórica dos 33 trabalhadores e trabalhadoras (31 do género masculino e 2 do género feminino) que se encontram afetos à prestação de serviços em empresas concessionária, em consonância com a nova forma de contabilização. Para além deste registo, verificou-se a saída permanente da empresa de 2 trabalhadores

do género masculino por motivo de reforma antecipada, com idades situadas no escalão etário superior aos 50 anos de idade, representando 2,63% desse escalão, assim como a saída de uma trabalhadora do género feminino, por outros motivos, que se encontrava no escalão etário dos 30 aos 50 anos de idade, representando 3,70% dos efetivos registados nesse escalão.

No presente indicador não são reportados dados por região por a empresa estar apenas sediada em Sines/Portugal, não sendo por isso uma informação significativa de relatar.

MOVIMENTO DE PESSOAL POR GÊNERO				
	GÊNERO	2009	2010	2011
EFFECTIVO INICIAL	H	158	155	157
	M	59	55	54
	T	217	210	211
Entradas	H	3	3	1
	M	1	0	0
	T	4	3	1
Saídas	H	6	1	33
	M	5	1	3
	T	11	2	36
EFFECTIVO FINAL	H	155	157	125
	M	55	54	51
	T	210	211	176
ÍNDICE DE ROTAÇÃO	H	0,93	0,99	0,65
	M	0,85	0,96	0,89
	T	0,91	0,98	0,71
TAXA DE ENTRADAS	H	1,94%	1,91%	0,80%
	M	1,82%	0,00%	0,00%
	T	1,90%	1,42%	0,57%
TAXA DE SAÍDAS	H	3,87%	0,64%	26,40%
	M	9,09%	1,85%	5,88%
	T	5,24%	0,95%	20,45%

SAÍDAS POR MOTIVO				
	GÉNERO	2009	2010	2011
Iniciativa do trabalhador	H	1	0	0
	M	0	0	0
	T	1	0	0
Iniciativa da empresa	H	0	0	31
	M	0	0	2
	T	0	0	33
Termo de contrato	H	0	0	0
	M	0	0	0
	T	0	0	0
Termo da comissão de serviço por nomeação	H	0	0	0
	M	0	0	0
	T	0	0	0
Aposentação/Reforma	H	5	1	2
	M	5	1	0
	T	10	2	2
Outros	H	0	0	0
	M	0	0	1
	T	0	0	1
TOTAL	H	6	1	33
	M	5	1	3
	T	11	2	36

Adicional	LA3	Benefícios assegurados aos trabalhadores a tempo inteiro que não são concedidos a trabalhadores temporários ou a tempo parcial, nas unidades operacionais importantes
------------------	------------	---

Ao nível dos apoios e benefícios assegurados aos trabalhadores e trabalhadoras, salienta-se que durante o ano de 2011 não se verificou a existência de pessoas em regime de trabalho temporário e em regime de trabalho a tempo parcial, pelo que no

âmbito de procedimento integrado no Sistema de Gestão Integrado e relativo a benefícios sociais, a empresa concede os seguintes apoios no âmbito da saúde e no âmbito social:

BENEFÍCIOS SOCIAIS			
DESCRIÇÃO	2009	2010	2011
Encargos com saúde	132.396,00	111.605,00	132.477,00
Encargos com aleitação	1.423,00	768,00	836,00
Encargos com infância	38.996,00	41.003,00	38.367,00
Encargos com estudos	97.203,00	92.271,00	72.737,00
Encargos com transportes	146.818,00	147.517,00	112.381,00
Encargos com seguros	88.571,00	78.475,00	121.029,00
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS			
Beneficiários	741	734	516

Essencial	LA15	Regresso ao trabalho e taxa de retenção após parentalidade, por género
------------------	-------------	--

A empresa tem preocupações ao nível da protecção na parentalidade não só relativamente às suas trabalhadoras, como também ao nível dos seus trabalhadores, importando referir o esforço que é feito no incentivo aos pais para gozo das licenças parentais partilhadas com as mães, assim como relativamente ao gozo da licença parental exclusiva do pai facultativa, previstas no Código do Trabalho em anexo à Lei nº 7/2009 de 12-2, e aplicável a todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Durante o ano de 2011 verificou-se o gozo de licença parental inicial por duas mães e dois pais, que regressaram ao trabalho após o término das respetivas licenças, sendo a taxa de retenção de trabalhadores de ambos os sexos que regressaram ao trabalho após o gozo de licenças parentais iniciais de 100%, referindo-se que decorridos doze meses após o gozo das respetivas licenças ainda se encontram ao serviço da empresa, nas mesmas condições de trabalho.

ASPETO: RELAÇÕES ENTRE OS TRABALHADORES E A ADMINISTRAÇÃO

Essencial	LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação coletiva
------------------	------------	---

ESTRUTURAS REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES				
	GÉNERO	2009	2010	2011
Total de Trabalhadores Sindicalizados	H	98	79	54
	M	15	12	11
	T	113	91	65
Efectivo em 31 de Dezembro	H	155	157	125
	M	55	54	51
	T	210	211	176
Taxa de Sindicalização	H	63%	50%	43%
	M	27%	22%	22%
		54%	43%	37%

Essencial	LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva
------------------	------------	--

Durante a atividade da APS no ano de 2011, não ocorreram mudanças operacionais significativas que fossem necessário tratar com as partes interessadas, encontrando-se esse procedimento previsto em documentos enquadrados no Sistema de Ges-

tão Integrado no âmbito do processo da comunicação interna, que integra a clara definição de responsabilidades, competências, fluxos de informação e meios adotados para a gestão da comunicação interna na empresa.

ASPECTO: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Adicional	LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional
------------------	------------	---

A empresa atribui uma importância extrema à promoção da segurança e saúde no trabalho dos seus trabalhadores e trabalhadoras, sendo importante referir a designação paritária de dois técnicos superiores de segurança e saúde no trabalho que procedem às sextas-feiras, em conjunto com o médico do trabalho e com elementos da Comissão paritária de Segurança e Saúde

no Trabalho, a visitas a todos os postos de trabalho, de acordo com a calendarização prevista, por forma a monitorizar a segurança e saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da empresa, a orientar eventuais correções que seja necessário executar de acordo com tabelas de identificação e avaliação de riscos e tabelas de avaliação da significância dos impactes ambientais.

Essencial	LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região, e por género
------------------	------------	---

A empresa dispõe de um procedimento elaborado no âmbito do Sistema de Gestão Integrado que assegura o conhecimento de todos os trabalhadores e trabalhadoras da tramitação de processos de acidentes ou incidentes de trabalho, estando to-

dos os trabalhadores e trabalhadoras, independentemente da modalidade de vínculo, abrangidos por um seguro de acidentes de trabalho, tendo-se registado os seguintes dados relativamente a esta matéria:

ACIDENTES DE TRABALHO, NO TEMPO DE TRABALHO, COM TRABALHADORES VINCULADOS POR CONTRATO DE TRABALHO OU EQUIPARADO AO EMPREGADOR	GÊNERO	TOTAL			< A 1 DIA (sem dar lugar a baixa)			1 A 3 DIAS DE BAIXA			4 A 30 DIAS DE BAIXA			> 30 DIAS DE BAIXA			MORTAL		
		2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
N.º de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência do relatório	H	5	6	4	3	2	2	0	0	0	2	4	0	0	0	2	0	0	0
	M	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
	T	5	8	4	3	3	2	0	0	0	2	5	0	0	0	2	0	0	0
N.º de dias de trabalho perdidos na sequência de AT ocorridos no ano de referência do relatório	H	15	29	130	0	0	0	0	0	0	15	29	0	0	0	130	0	0	0
	M	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0
	T	15	34	130	0	0	0	0	0	0	15	34	0	0	0	130	0	0	0
N.º de dias de trabalho perdidos no ano de ref. do relatório, na seq. dos AT ocorridos em anos anteriores	H	0	61	310	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61	310	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	61	310	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61	310	0	0	0

NOTA:

2009 - inclui 1 trabalhador (H) com acidente de trajeto, classificado em < a 1 dia (sem dar lugar a baixa)

2010 - inclui 1 trabalhador (H) com acidente em serviço ocorrido em 2008-03-31, classificado em > a 30 dias (com lugar a baixa)

2011 - inclui 1 trabalhador (H) com acidente trabalho, classificado em > 30 dias de baixa, com 14 dias de ITP de 20%

2011 - inclui 1 trabalhador (H) com acidente em serviço ocorrido em 2008-03-31, classificado em > a 30 dias (com lugar a baixa)

2011 - inclui 1 trabalhador (H) com acidente de trajeto, classificado em < a 1 dia (sem dar lugar a baixa)

Cálculo das taxas de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho	GÊNERO	2009	2010	2011
Horas efectivamente trabalhadas (normais e suplementares) durante o ano - Total	T	356164	357304	293773
N.º Total de Trabalhadores	T	210	211	176
	H	155	157	125
	M	55	54	51
N.º Total de Acidentes	T	5	8	4
	H	5	6	4
	M	0	2	0
N.º Total de dias perdidos	T	15	34	130
	H	15	29	130
	M	0	5	0
Taxa de frequência $T_f = (N.º \text{ de acidentes de trab.} / N.º \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$	T	14,04	22,39	13,62
	H	14,04	16,79	13,62
	M	0,00	5,60	0,00
Taxa de gravidade $T_g = (N.º \text{ de dias perdidos} / N.º \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$	T	42,12	95,16	442,52
	H	42,12	81,16	442,52
	M	0,00	13,99	0,00
Taxa de incidência (Total AT) $TiT = (N.º \text{ de AT Totais} / N.º \text{ total de trab.}) \times 1.000$	T	23,81	37,91	22,73
	H	23,81	28,44	22,73
	M	0,00	9,48	0,00
Taxa de incidência (AT mortais) $TiM = (N.º \text{ de AT mortais} / N.º \text{ total de trab.}) \times 1.000$	T	0,00	0,00	0,00
	H	0,00	0,00	0,00
	M	0,00	0,00	0,00

Essencial	LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência a trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves
------------------	------------	---

Na empresa não existem profissões com alta incidência de doenças específicas e/ou graves, nem trabalhadores envolvidos em funções profissionais com incidência elevada ou alto risco de aquisição de doenças específicas, sendo apenas registados os seguintes dados:

ACÇÕES DE INFORMAÇÃO		2009		2010		2011	
Código	Designação - (Situação contemplada)	N.º Acções	N.º Destinatários	N.º Acções	N.º Destinatários	N.º Acções	N.º Destinatários
01	Admissão dos trabalhadores	3	3	3	3	1	1
02	Actividades que envolvem trabalhadores não pertencentes ao estabelecimento	11	65	0	0	0	0
03	Mudança de posto de trabalho	4	4	0	0	0	0
04	Introdução ou mudança de equipamento de trabalho	0	0	0	0	0	0
05	Adopção de novas tecnologias	8	53	2	12	32	256
06	Utilização de equipamentos de protecção individual (EPI'S)	0	0	0	0	0	0
99	Outras situações contempladas	0	0	0	0	0	0
TOTAL		26	125	5	15	33	257

ACÇÕES DE CONSULTA		2009		2010		2011	
Código	Designação - (Razão da consulta)	N.º Acções	N.º Participantes	N.º Acções	N.º Participantes	N.º Acções	N.º Participantes
01	Medidas de segurança, higiene e saúde no trabalho a aplicar	3	149	3	152	2	186
02	Outras medidas com reflexos na promoção da segurança, higiene e saúde no trabalho	4	230	4	230	0	0
03	Programação e organização da formação	0	0	0	0	0	0
04	Designação de representante do empregador	0	0	0	0	0	0
05	Designação de trabalhadores responsáveis pelas actividades de 1ºs socorros, combate a incêndios e evacuação de trabalhadores	0	0	0	0	0	0
06	Aquisição de equipamento de protecção individual (EPI's)	0	0	0	0	0	0
99	Outras acções de consulta	2	100	2	185	1	177
TOTAL		9	479	9	567	3	363

ACÇÕES DE FORMAÇÃO		2009			2010			2011		
Código	Designação - (Tema da formação)	N.º Acções	N.º Participantes		N.º Acções	N.º Participantes		N.º Acções	N.º Participantes	
			H	M		H	M		H	M
01	Riscos químicos									
02	Riscos físicos									
03	Riscos biológicos									
04	Riscos psicossociais e organizacionais									
05	Máquinas e equipamentos de trabalho	1	1	1				2	30	0
06	Trabalhos com riscos especiais (exemplos: trabalhos em altura, espaços confinados, etc.)				1	2	1	1	1	0
07	Ergonomia									
08	Equipamento de protecção colectiva									
09	Equipamentos de protecção individual									
10	Promoção da segurança	5	3	19	2	1	11	3	1	11
11	Primeiros socorros									
12	Organização de emergência	16	100	54	14	61	1	15	92	3
13	Segurança contra incêndios									
14	Legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho	1	0	2						
15	Sinalização de segurança									
16	Promoção da saúde	1	25	25						
99	Outras acções de formação	4	5	2	2	1	1	2	3	0
	TOTAL	28	134	103	19	65	14	23	127	14

EXAMES DE ADMISSÃO, PERIÓDICOS E/OU OCASIONAIS	GÊNERO	TOTAL			< A 18 ANOS			18 E 19 ANOS			20 A 49 ANOS			50 E MAIS ANOS		
		2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011	2009	2010	2011
Total de Exames	H	189	153	122	0	0	0	0	0	0	104	46	59	85	107	63
	M	65	58	53	0	0	0	0	0	0	31	15	19	34	43	34
	T	254	211	175	0	0	0	0	0	0	135	61	78	119	150	97
Total de exames de admissão	H	2	3	1	0	0	0	0	0	0	2	3	1	0	0	0
	M	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
	T	3	3	1	0	0	0	0	0	0	3	3	1	0	0	0
Total de exames de periódicos	H	135	96	92	0	0	0	0	0	0	77	31	44	58	65	48
	M	49	39	41	0	0	0	0	0	0	24	12	14	25	27	27
	T	184	135	133	0	0	0	0	0	0	101	43	58	83	92	75
Total de exames ocasionais	H	52	54	29	0	0	0	0	0	0	25	12	14	27	42	15
	M	15	19	12	0	0	0	0	0	0	6	3	5	9	16	7
	T	67	73	41	0	0	0	0	0	0	31	15	19	36	58	22
Mudança de posto de trabalho	H	4	5	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	5	0
	M	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Alterações no posto de trabalho	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Retorno ao trab. após ausência superior a 30 dias	H	1	1	5	0	0	0	0	0	0	1	1	4	0	0	1
	M	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0
Pós baixa por acidente de trabalho	H	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	1
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pós baixa por doença	H	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
	M	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0
Iniciativa do médico	H	43	47	24	0	0	0	0	0	0	18	11	10	25	36	14
	M	13	15	9	0	0	0	0	0	0	5	1	2	8	14	7
Pedido do trabalhador	H	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Por cessação do contrato de trabalho	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras razões	H	4	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2	0	0
	M	1	2	2	0	0	0	0	0	0	1	2	2	0	0	0

EXAMES COMPLEMENTARES		ANOS					
		2009		2010		2011	
Código Exame	Descrição	N.º total de exames	Factor de risco	N.º total de exames	Factor de risco	N.º total de exames	Factor de risco
01	Hemograma	172	00	119	00	115	00
02	Urina II	172	00	119	00	115	00
03	Espirometria	98	00	70	00	150	00
04	Rx Tórax	5	00	4	00	4	00
05	TAC (Tomografia Axial Computurizada)	0		0		0	
06	Audiograma	173	01	108	01	122	01
07	Biomarcadores	0		0		0	
08	Exame oftalmológico	172	00	105	00	86	00
99	Outros exames complementares	868	99	1540	99	1504	99

ATIVIDADES DA MEDICINA DO TRABALHO	GÉNERO	2009	2010	2011
Exames médicos efectuados	H	189	153	122
	M	65	58	53
	T	254	211	175
Exames médicos de admissão	H	2	3	1
	M	1	0	0
	T	3	3	1
Exames médicos periódicos	H	135	96	92
	M	49	39	41
	T	184	135	133
Exames médicos Ocasionais e complementares	H	52	54	29
	M	15	19	12
	T	67	73	41

VACINA			ANOS		
Código	Descrição	GÊNERO	2009	2010	2011
01	Tétano e Difteria	H	0	0	0
		M	0	0	0
		T	0	0	0
02	Gripe	H	62	47	42
		M	24	14	15
		T	86	61	57
03	Hepatite B	H	0	0	0
		M	0	0	0
		T	0	0	0
04	Imunizações específicas	H	0	0	0
		M	0	0	0
		T	0	0	0
99	Outras vacinas	H	2	0	0
		M	0	0	0
		T	2	0	0

ASPETO: FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

Essencial	LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador e por gênero, discriminadas por categoria de funções
------------------	-------------	---

A empresa, consciente das exigências acrescidas de maiores níveis de competitividade, para os quais concorrem as competências dos trabalhadores e trabalhadoras, e de forma a desenvolver as suas qualificações, aposta na formação profissional certificada e na possibilidade de proporcionar aos trabalhadores e trabalhadoras o estatuto de trabalhador estudante, por forma a proporcionar maiores níveis de formação académica.

No âmbito do Sistema de Gestão Integrado a empresa tem ainda formalizado o processo de formação profissional, registando os seguintes dados:

ACÇÕES DE FORMAÇÃO	GÉNERO	2009	2010	2011
N.º de Acções	T	138	136	104
Frequência de Participantes	H	371	346	404
	M	241	122	165
	T	612	468	569
Nº Real de Participantes	H	111	143	105
	M	53	52	51
	T	164	195	156
N.º de Horas	H	4.564,50	3.445,50	4.485,00
	M	3.426,00	1.108,50	792,50
	T	7.990,50	4.554,00	5.277,50
Horas/Frequência de Participantes	H	12,30	9,96	11,10
	M	14,22	9,09	4,80
	T	13,06	9,73	9,28
Horas/Participante	H	41,12	24,09	42,71
	M	64,64	21,32	15,54
	T	48,72	23,35	33,83
Horas/Efectivo Médio	T	37,34	21,58	29,82
Frequência de Participantes				
Dirigentes	T	3	7	4
Quadros superiores	T	368	238	277
Profissionais altamente qualificados e qualificados	T	190	150	198
Profissionais semiquualificados	T	49	72	88
Profissionais não qualificados	T	2	1	2
Nº de Horas				
Dirigentes	T	45,00	50,50	38,00
Quadros superiores	T	4.926,00	3.100,50	4.119,00
Profissionais altamente qualificados e qualificados	T	2.771,50	1.116,50	859,50
Profissionais semiquualificados	T	243,50	284,50	257,00
Profissionais não qualificados	T	4,50	2,00	4,00
Nº de horas de formação por agrupamento profissional/total de frequência de trabalhadores por agrupamento profissional				
Dirigentes	T	15,00	7,21	9,50
Quadros superiores	T	13,39	13,03	14,87
Profissionais altamente qualificados e qualificados	T	14,59	7,44	4,34
Profissionais semiquualificados	T	4,97	3,95	2,92
Profissionais não qualificados	T	2,25	2,00	2,00
Nº de horas por habilitação académica				
Formação Superior	H	3.565,50	2.350,00	3.514,00
	M	1.405,50	801,00	643,00
	T	4.971,00	3.151,00	4.157,00
Formação Secundária (=12 anos de escolaridade)	H	562,50	553,00	560,00
	M	1.167,50	277,50	83,00
	T	1.730,00	830,50	643,00
Formação Básica (<12 anos de escolaridade)	H	436,50	542,50	411,00
	M	853,00	30,00	66,50
	T	1.289,50	572,50	477,50

Adicional	LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos trabalhadores e para a gestão de carreira
------------------	-------------	--

VOLUME TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ACADÉMICA	GÉNERO	2009	2010	2011
Efectivo médio	T	214	211	177
Volume total de horas de formação	H	4.564,50	3.445,50	4.485,00
	M	3.426,00	1.108,50	792,50
	T	7.990,50	4.554,00	5.277,50
Volume total de horas de formação profissional	H	4.291,50	3.161,50	2.461,50
	M	2.708,00	930,00	552,50
	T	6.999,50	4.091,50	3.014,00
Doutoramentos, Mestrados, Pós-graduações, Cursos de Nível V e IV	H	0,00	0,00	1.849,50
	M	192,00	0,00	240,00
	T	192,00	0,00	2.089,50
Estatuto de trabalhador estudante	H	120,50	259,00	174,00
	M	353,50	178,50	0,00
	T	474,00	437,50	174,00
RVCC	T	325,00	25,00	0,00
RVCC Básico	H	n.a.	n.a.	n.a.
	M	n.a.	n.a.	n.a.
	T	n.a.	n.a.	n.a.
RVCC Básico (formação complementar)	H	n.a.	25,00	0,00
	M	n.a.	0,00	0,00
	T	n.a.	25,00	0,00
RVCC Secundário	H	152,50	n.a.	n.a.
	M	172,50	n.a.	n.a.
	T	325,00	n.a.	n.a.
Nº de horas por habilitação académica				
Formação Superior	H	3.565,50	2.350,00	3.514,00
	M	1.405,50	801,00	643,00
	T	4.971,00	3.151,00	4.157,00
Formação Secundária (=12 anos de escolaridade)	H	562,50	553,00	560,00
	M	1.167,50	277,50	83,00
	T	1.730,00	830,50	643,00
Formação Básica (<12 anos de escolaridade)	H	436,50	542,50	411,00
	M	853,00	30,00	66,50
	T	1.289,50	572,50	477,50
Média de horas de formação	T	37,34	21,58	29,82
Total de custos directos com formação	H	58.187,93	31.279,95	24.551,37
	M	16.304,86	4.819,54	4.526,00
	T	74.492,79	36.099,49	29.077,37

Adicional	LA12	Percentagem de trabalhadores que recebem, regularmente, análises de desempenho e desenvolvimento de carreira, por género
------------------	-------------	--

Todos os trabalhadores e trabalhadoras são avaliados anualmente de acordo com o sistema de avaliação do desempenho de recursos humanos, adentro do Sistema de Gestão Integrado, tendo-se iniciado a implementação do ERP SAP HCM, no sen-

tido da promoção do capital humano, que disponibiliza ferramentas e funcionalidades capazes de potenciar uma gestão de competências que contribuem para o crescimento da empresa.

ASPETO: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

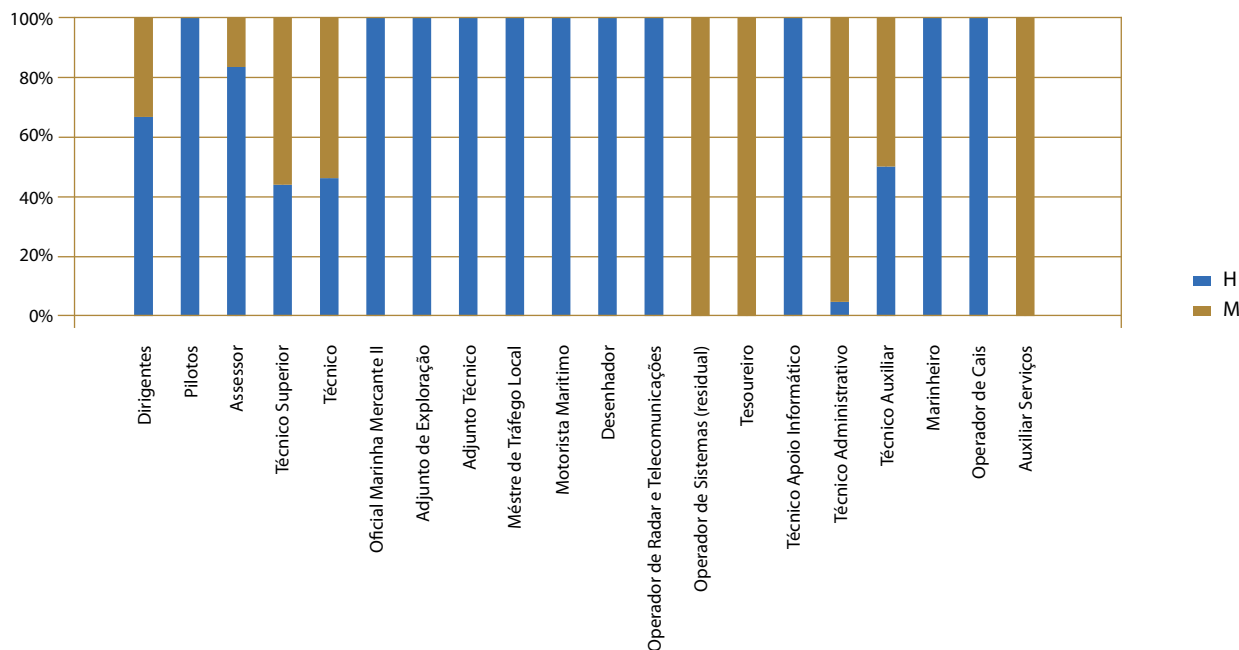
Essencial	LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade
------------------	-------------	---

Relativamente a nomeações ou designações dos órgãos sociais, importa referir que as mesmas resultam de eleição em Assembleia Geral da empresa, sendo acionista único o Estado, estando fora do âmbito do presente Relatório os processos que determinam a sua composição, qualificações, competências e experiência. No entanto, os 3 membros do Conselho de Administração, 1 do género feminino e 2 do género masculino, encontram-se incluídos nos dirigentes reportados no gráfico abaixo, representando 1,70% do total do efetivo no ano de 2011. De salientar ainda que os membros do Conselho de Ad-

ministração pertencem ao escalão etário de idade superior a 50 anos, o que representa 3,70% do escalão relativamente ao membro do género feminino, e 2,63% do escalão relativamente aos membros do género masculino.

O efetivo do género feminino continua a representar menos de 30% do total do efetivo, ou seja, dos 176 trabalhadores, 51 são do género feminino, enquanto que 125 são do género masculino, pelo que a taxa de feminização no ano de 2011 cresceu de 25, 59% para 28,98%.

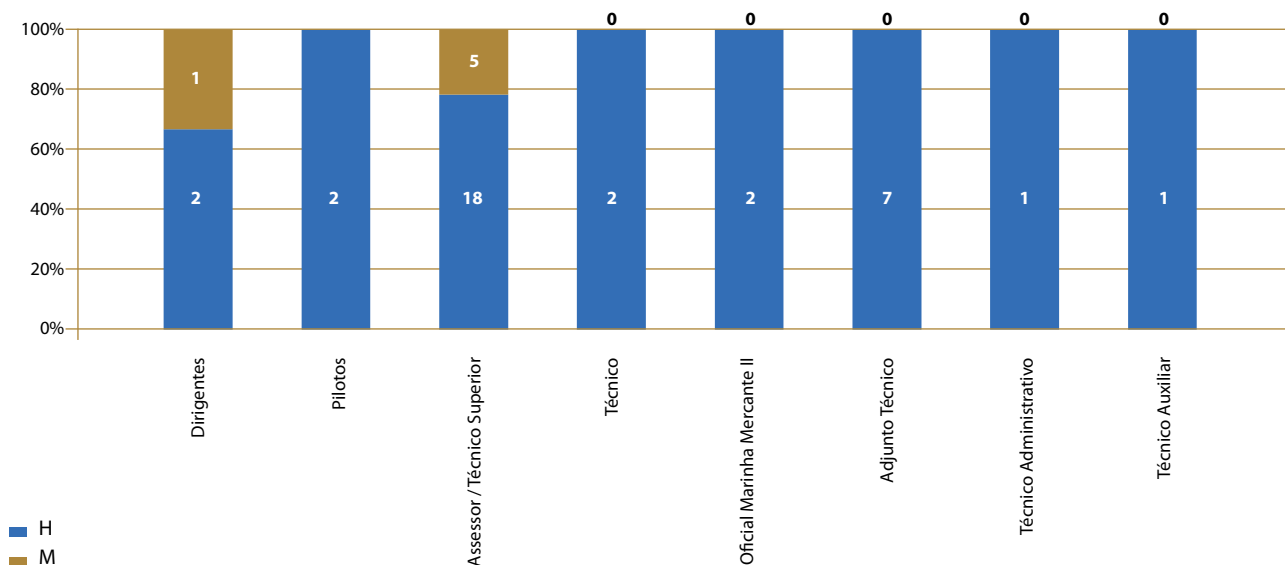
DISTRIBUIÇÃO POR CARREIRA 2011



Relativamente a cargos de direção e chefia, verifica-se que do total de chefias em 2011, 86,8% são do género masculino e 13,2% do género feminino, salientando-se ainda que 26,4% dos trabalhadores do género masculino são titulares de cargos

de direção e chefia e 9,8% dos do género feminino são titulares de cargos de direção e chefia. O número de chefias no ano de 2011, distribuído por género e por carreira profissional, é o seguinte:

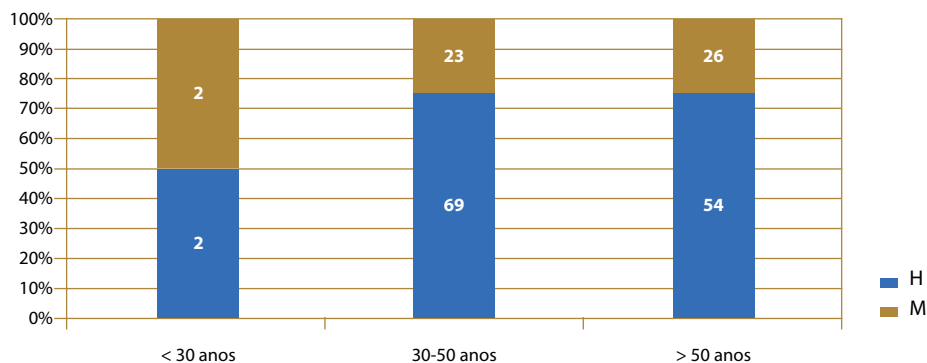
DISTRIBUIÇÃO DE CHEFIAS POR CARREIRA PROFISSIONAL EM 2011



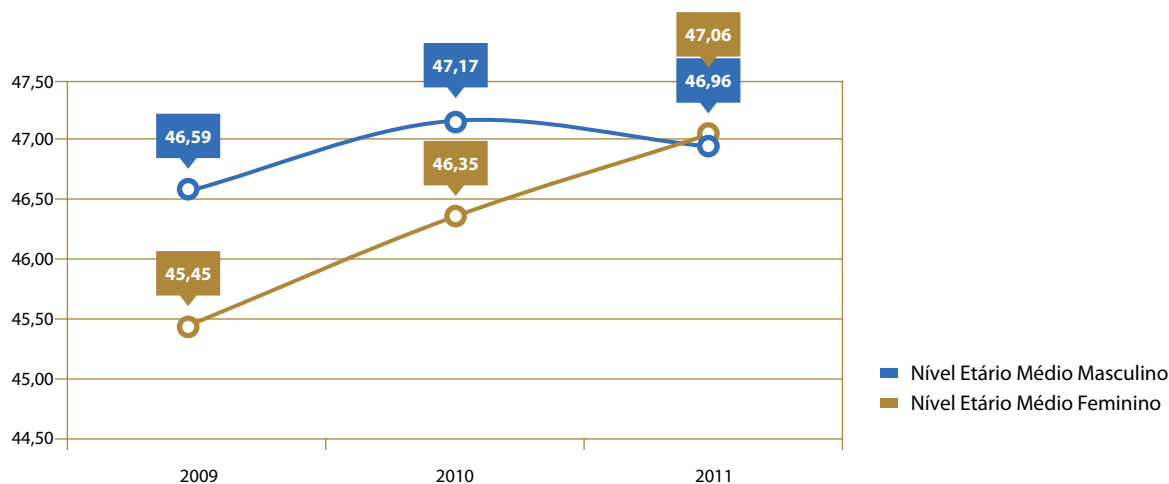
A evolução da estrutura etária mostrada no gráfico abaixo, demonstra que grande parte dos trabalhadores, quer do género feminino, quer do género masculino, se encontra nos escalões etários superiores a 30 anos de idade, em especial no escalão etário dos 50 aos 54 anos de idade, verificando-se ainda um aumento do nível etário médio de trabalhadores do género femi-

nino, contra um decréscimo do nível etário médio masculino, explicado pela forma de contabilização dos 33 trabalhadores e trabalhadoras afetos à prestação de serviços em empresas concessionárias, que passa a ser feita autonomamente e não considerada no presente Relatório.

ESTRUTURA ETÁRIA EM 2011



EVOLUÇÃO DO NÍVEL ETÁRIO MÉDIO



A APS tem uma cultura de flexibilidade de organização dos tempos de trabalho, que abrangeu em 2011, 74% dos trabalhadores, sendo 10% reportada ao género feminino e 65% do género masculino, potenciada pela possibilidade de compensação de tempos de trabalho. No que respeita a modalidades de horário de trabalho, a percentagem de mulheres em regime de isenção de horário de trabalho é de 33% das mulheres, enquanto que relativamente ao género masculino, é de 91%.

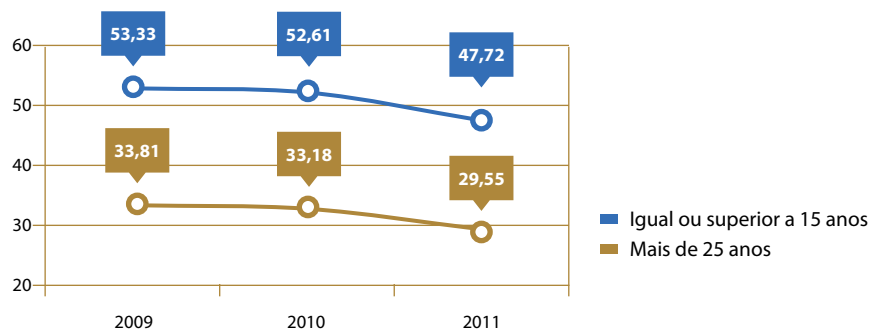
O Regulamento RI11 – “Regulamento interno de registo de presenças” prevê ainda no seu artigo 11º horários de trabalho específicos, ou seja, a possibilidade do Conselho de Administração de, sempre que circunstâncias relevantes o justifiquem, estabelecer formas particulares de organização do trabalho, naturalmente mais conciliadoras de necessidades específicas, pelo que, e não havendo inconveniente para o serviço, as horas de trabalho suplementar podem ser compensadas com folgas ou deduções no período normal de trabalho com possibilidade de através das tecnologias de informação e comunicação, as funções serem exercidas remotamente.

MODALIDADE DE HORÁRIO				
MODALIDADE DE HORÁRIO	GÉNERO	2009	2010	2011
Horário Flexível Pilotos	H	10	11	10
	M	0	0	0
	T	10	11	10
Horário Regular Fixo	H	10	12	11
	M	42	30	34
	T	52	42	45
Horário Turnos Permanente Total	H	78	74	58
	M	1	1	0
	T	79	75	58
Isenção de Horário Regular	H	57	60	46
	M	12	23	17
	T	69	83	63
TOTAL	H	155	157	125
	M	55	54	51
	T	210	211	176

Relativamente à antiguidade na empresa, cerca de 48% dos trabalhadores apresenta uma antiguidade igual ou superior a 15 anos e de entre estes mais de 30% tem mais de 25 anos, o que representa uma estrutura de antiguidade elevada, verificando-

-se ainda uma tendência de decréscimo da estrutura de antiguidade de ambos os géneros, por motivo de saída de trabalhadores por aposentação ou reforma.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE



Essencial	LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções e por locais de operação
------------------	-------------	---

A existência de uma tabela salarial única e aplicável a todos os trabalhadores e trabalhadoras, é promotora do tratamento igualitário entre homens e mulheres na empresa ao nível da re-

muneração base, procedendo-se para análise do presente indicador de desempenho à descrição da evolução do leque salarial e do leque salarial interpretativo, por género:

		2009	2010	2011
Leque salarial líquido	Maior vencimento base líquido	5,40	7,22	6,54
	Menor vencimento base líquido			

		2009	2010	2011
Leque salarial líquido (género feminino)	Maior vencimento base líquido	5,40	6,55	5,93
	Menor vencimento base líquido			

		2009	2010	2011
Leque salarial líquido (género masculino)	Maior vencimento base líquido	4,69	7,33	6,76
	Menor vencimento base líquido			

		2009	2010	2011
Leque salarial interpretativo	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	2,81	3,64	3,32
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)			

		2009	2010	2011
Leque salarial interpretativo (género feminino)	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	2,65	3,40	3,17
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)			

		2009	2010	2011
Leque salarial interpretativo (género masculino)	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	3,31	3,64	3,32
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)			

3.4. INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL – DIREITOS HUMANOS

A atuação da empresa em matéria de direitos humanos rege-se pelas convenções internacionais e normas nacionais referentes a estas matérias, tendo ainda em prática um Código de Ética e de Conduta, formulado com base na Norma NP 4460 que con-

tém os princípios gerais de atuação da empresa, encontrando-se a abordagem de gestão relativamente a esta matéria descrita no reporte dos indicadores de desempenho..

ASPETO: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E ACORDO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Essencial	HR5	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ou violação do livre exercício de liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação
------------------	------------	---

Não existem casos de impedimento ou violação do livre exercício de liberdade de associação ou de realização de acordos de contratação coletiva, respeitando-se o direito de livre exercício da liberdade de associação em estruturas de representação

dos trabalhadores e trabalhadoras, registando-se cerca de 37% de trabalhadores sindicalizados, pelo que das 51 mulheres cerca de 22% são sindicalizadas, e dos 125 homens, 43% são também sindicalizados.

ASPETO: PRÁTICAS DE SEGURANÇA

Adicional	HR8	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações
------------------	------------	--

Para o exercício de serviço de vigilância das instalações e património, garantido por uma empresa externa, encontram-se afetas 17 pessoas, das quais 3 são do género feminino e 14 do género masculino, sendo do que para o exercício das funções todos são titulares de cartão profissional emitido pelo Ministério da Administração Interna.

3.5. INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL – SOCIEDADE

A empresa tem uma preocupação constante em inserir de forma sustentável a sua atuação, em harmonia com as necessidades da comunidade em que se insere, procurando, sempre que necessário, proceder a ações voluntárias na sociedade que vão para além daquilo que se encontra regulado em legislação, potencializando os seus impactos positivos na sociedade, e reduzindo ou minimizando os eventuais impactos negativos da sua atuação, pelo que o cumprimento dos princípios constantes no

Código de Ética e de Conduta e no Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*, asseguram a promoção de um diálogo efetivo com as partes interessadas, por forma a prosseguir o negócio da empresa e a alcançar níveis de satisfação da sociedade envolvente com a empresa através de atuações socialmente responsáveis, sendo a abordagem de gestão relativa a sociedade descrita também na resposta aos indicadores de desempenho relacionados com esta matéria.

ASPETO: COMUNIDADE

Essencial	SO1	Percentagem de operações/ações em estreita colaboração com a comunidade local, avaliação de impactos e programas de desenvolvimento
------------------	------------	---

A sociedade envolvente é considerada parte integrante da atuação da empresa, já que a sua atividade abrange uma área de jurisdição portuária terrestre e marítima bastante alargada, tendo havido necessidade de implementar medidas que permitam gerir os impactes na sociedade, através de auditorias anuais às empresas concessionárias e licenciadas, do tratamento de reclamações cujo resultado do ano de 2011 é bastante favorável já que não se registou qualquer reclamação de âmbito ambiental, através das contribuições das partes interessadas, da manutenção de Protocolos de Colaboração com a Universidade de Évora e com a QUERCUS e da parceria com o projeto GISA–Gestão Integrada de Saúde e Ambiente que decorre no período 2008-2011.

No ano de 2011 foi dada continuidade ao Plano Geral de Exames Químicos e Microbiológicos do Porto de Sines por forma a avaliar a qualidade da água e das areias para uso balnear, tendo ainda sido desenvolvido um plano de monitorização dos ambientes marinhos.

ASPETO: CORRUPÇÃO

Essencial	SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção
------------------	------------	---

No ano 2011, deu-se continuidade ao acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos de Compliance, procedendo-se a uma análise de riscos de *Compliance* a todas as unidades da empresa, e à implementação de processos de controlo interno através da recolha de informação que permita proceder à

melhoria da Plano, designadamente no que respeita aos riscos decorrentes da atividade da administração portuária e às correspondentes medidas de prevenção, pelo que a evolução do índice de risco de corrupção é a seguinte:

ÍNDICE	2009	2010	2011
Índice de análise de risco de corrupção $\frac{\text{Nº unidades analisadas}}{\text{Nº unidades APS}} \times 100$	100%	60%	100%
Índice de entrega do relatório de monitorização referente ao plano de prevenção de riscos de <i>Compliance</i> $\text{Índice ML031} = \frac{\text{Nº ML031 entregues}}{\text{Nº Unidades APS}} \times 100$	Sem dados	100%	90%

Essencial	SO3	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização
------------------	------------	--

Durante o ano de 2011, decorreram 6 ações de sensibilização sobre o Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*, as quais envolveram 98 trabalhadores e trabalhadoras, com uma dura-

ção total de 12 horas, abrangendo o respetivo conteúdo programático o Código de Ética e de Conduta, o Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance* e a gestão dos riscos identificados.

Essencial	SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção
-----------	-----	--

Na empresa não foram registados incidentes relacionados com a corrupção, tendo no entanto, sido elaborado um plano em que foram evidenciadas as medidas de prevenção de riscos de corrupção, assim como um relatório de acompanhamento do referido plano.

ASPETO: POLÍTICAS PÚBLICAS

Essencial	SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão
-----------	-----	--

Os valores que pautam a atuação da empresa encontram-se identificados e descritos no Código de Ética e de Conduta, tendo a empresa tomado posição a nível institucional no que respeita a definição de políticas públicas não integrando grupos de pressão organizados.

3.6. INDICADORES DE DESEMPENHO REFERENTES À RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

A resposta aos indicadores de desempenho referentes aos aspetos de saúde e segurança do cliente, rotulagem de produtos e serviços, comunicações de *marketing*, privacidade do cliente e conformidade, consubstanciam a abordagem de gestão relativa a esta matéria.

A empresa não é produtora qualquer produto, tendo a sua atividade relacionada com prestação de serviços portuários, que se encontram disponíveis todos os dias do ano e a qualquer hora do dia, concorrendo desta forma para a formação do produto portuário que consta do Manual do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança, pelo que as principais marcas da empresa são as seguintes:



Porto de Sines



Porto de Recreio de Sines



ZalSines



Janela Única Portuária *



Janela Única Portuária II *

* Marca registada em conjunto com a APDL–Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA e com a APL–Administração do Porto de Lisboa, SA

ASPETO: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE

Essencial	PR1	Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos
------------------	------------	--

As metodologias implementadas para a identificação dos aspetos ambientais e perigos que possam ter efeitos significativos no ambiente e na segurança e saúde são avaliadas de acordo com os impactes ambientais e riscos, resultantes da atividade da empresa enquanto Autoridade Portuária, cujo acompanhamento é realizado através de auditorias periódicas à política da qualidade, ambiente e segurança e os seus processos, no âmbito do Sistema de Gestão Integrado tendo por base os referen-

ciais normativos ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

Os índices a seguir referidos avaliam o grau de aplicação do sistema e potenciam em larga escala processos de melhoria contínua nos processos implementados pela empresa:

ÍNDICE	2009	2010	2011
Índice de aplicação da qualidade	89,61%	91,70%	97,40%
Índice de aplicação de segurança	88,40%	91,48%	97,12%
Índice de aplicação de ambiente	87,23%	91,40%	97,15%

Adicional	PR2	Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado
------------------	------------	---

Não foram registadas quaisquer reclamações relativas a incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.

Adicional	PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente
------------------	------------	---

O processo de tratamento de reclamações implementado no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, é potenciador da capacidade da empresa na identificação das principais preocupações das partes interessadas,, providenciando uma base para a revisão e análise contínuas do sistema, tendo ainda implemen-

tados livros de reclamações em articulação com a atuação e competências do Provedor do Cliente do Transporte Marítimo do Porto de Sines, controlando-se periodicamente os seguintes indicadores:

RECLAMAÇÕES DE CLIENTES E PARTES INTERESSADAS	INDICADORES	2009	2010	2011
Índice de resposta às reclamações	$IRR = \frac{RR}{RT} \times 100$ RR – Nº Reclamações resolvidas no ano RT – Nº Reclamações apresentadas	100%	100%	100%
Índice de resposta no prazo estabelecido	$IRRP = \frac{RRP}{RR} \times 100$ RRP – Nº total de reclamações respondidas dentro do prazo RR – Nº Reclamações resolvidas no ano	80%	90%	100%

Para além do tratamento de reclamações é ainda avaliado o grau de satisfação dos clientes, no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, pelo que a evolução deste processo é a seguinte:

SATISFAÇÃO DE CLIENTES	INDICADORES		2009	2010	2011
Cliente – navio	$IS = \frac{\sum p_i \times v_i}{3 \times \left(\sum p_i \right) \times n.º \text{ questões}}$ IS – Índice de satisfação Pi – ponderação Vi - valorização		89,86%	86,63%	88,25%
Concessionários, licenciados e agentes de navegação			84,86%	83,78%	89,85% 79,74%
Porto de recreio – permanentes			n.d.	72,85%	73,22%
Porto de recreio – temporários	$IG = \sum I S_i$ IG – Índice global IS – Índice de satisfação		n.d.	87,36%	85,33%
Global			87,36%	83,50%	83,28%

No que respeita ao processo de avaliação de fornecedores, garante-se a contratação de fornecedores adequados aos objetivos e requisitos da empresa, pelo que a evolução do índice de qualificação de fornecedores é a seguinte:

QUALIFICAÇÃO DE FORNECEDORES		2009	2010	2011
Índice de qualificação dos fornecedores	$IQ = \frac{\text{Nº fornecedores qualificados}}{\text{Nº total fornecedores}}$	100%	100%	100%





4 /

AUTODECLARAÇÃO DO NÍVEL DE APLICAÇÃO DA GRI



O Relatório de Sustentabilidade da APS foi elaborado de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative*, G3.1, autodeclarando-se o cumprimento do nível A de aplicação das diretrizes GRI, relativamente ao perfil e indicadores de desempenho.



Statement GRI Application Level Check

GRI hereby states that **APS-Administração do Porto de Sines, SA** has presented its report "Relatório de Sustentabilidade 2011" to GRI's Report Services which have concluded that the report fulfills the requirement of Application Level A.

GRI Application Levels communicate the extent to which the content of the G3.1 Guidelines has been used in the submitted sustainability reporting. The Check confirms that the required set and number of disclosures for that Application Level have been addressed in the reporting and that the GRI Content Index demonstrates a valid representation of the required disclosures, as described in the GRI G3.1 Guidelines.

Application Levels do not provide an opinion on the sustainability performance of the reporter nor the quality of the information in the report.

Amsterdam, 27 June 2012

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Nelmar Arbex".

Nelmar Arbex
Deputy Chief Executive
Global Reporting Initiative



The Global Reporting Initiative (GRI) is a network-based organization that has pioneered the development of the world's most widely used sustainability reporting framework and is committed to its continuous improvement and application worldwide. The GRI Guidelines set out the principles and indicators that organizations can use to measure and report their economic, environmental, and social performance.
www.globalreporting.org

Disclaimer: Where the relevant sustainability reporting includes external links, including to audio visual material, this statement only concerns material submitted to GRI at the time of the Check on 4 June 2012. GRI explicitly excludes the statement being applied to any later changes to such material.



5 /

SUMÁRIO DO CONTEÚDO DA GRI



Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
	1	Estratégia e Análise		
	1.1	Declaração da pessoa com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia	RS	3
	1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	RC	9 a 11, 33 a 36, 39, 106
	2	Perfil Organizacional		
	2.1	Denominação organização relatora	RS	7
	2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	RS RC	59 13 a 16
	2.3	Estrutura operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e <i>joint ventures</i>	RS RC	25 69, 77 a 78, 96
	2.4	Localização da sede social da organização	RS	7
	2.5	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as principais operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade abrangidas pelo relatório	RC	15 a 16
	2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	RC	89
	2.7	Mercados abrangidos (incluindo uma análise geográfica discriminativa, os sectores abrangidos e os tipos de clientes/beneficiários)	RS RC	3 15 a 16
	2.8	Dimensão da organização relatora	RC	21 a 23, 33 a 36, 96
	2.9	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura acionista	RC	7
	2.10	Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório	RS	21
	3	Parâmetros para o Relatório		
	3.1	Período abrangido para as informações apresentadas no relatório	RS	7
	3.2	Data do último relatório publicado(se aplicável)	RS	7
	3.3	Ciclo de publicação de relatórios	RS	7
	3.4	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou seu conteúdo	RS	7
	3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	RS	7
	3.6	Limite do relatório (por ex., países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, <i>joint ventures</i> , fornecedores)	RS	7
	3.7	Refira quaisquer limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório	RS	7
	3.8	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afetar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	RS RC	25 69, 77 a 78
	3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes às estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e de outras informações contidas no relatório	RS	7
	3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (por ex., fusões/aquisições, mudança do período ou ano base, na natureza do negócio, métodos de medição)	RS	7
	3.11	Alterações significativas, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	RS	7
	3.12	Sumário do conteúdo da GRI	RS	69 a 77
	3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia e fiabilidade para o relatório	RS	65

Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
	4	Governança, Compromissos e Envolvimento		
	4.1	Estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como a definição da estratégia ou a supervisão da organização	RC	95 a 96
	4.2	Indique se o presidente do órgão de governação hierarquicamente mais elevado é, simultaneamente, um diretor executivo (e, nesse caso, quais as suas funções no âmbito da gestão da organização e as razões para esta composição)	RC	95 a 96
	4.3	Indique, no caso de organizações com uma estrutura de administração unitária, o número e género de membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado que são independentes e/ou os membros não-executivos	RC	95
	4.4	Mecanismos que permitam a acionistas e trabalhadores transmitir recomendações ou orientações ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado	RS RC	37 a 38 123
	4.5	Relação entre remuneração dos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, dos diretores de topo e dos executivos (incluindo acordos de tomada de decisão) e o desempenho da organização (incluindo o desempenho social e ambiental)	RS RC	27, 56 99 a 102
	4.6	Processos ao dispor do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para evitar a ocorrência de conflitos de interesse	RC	117
	4.7	Processo para determinar a composição, qualificações e nível de conhecimento técnico dos membros dos mais altos órgãos de governação e seu comités, incluindo quaisquer considerações sobre género ou outros indicadores de diversidade	RC	123
	4.8	O desenvolvimento interno de declarações de princípios ou de missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	RC	111, 113, 115, 117, 119 www.portodesines.pt www.dgtrf.pt
	4.9	Processos do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, para supervisionar a forma como a organização efetua a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	RC	10 a 11, 105 a 108
	4.10	Processos para avaliação do desempenho do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, especialmente em relação ao desempenho económico, ambiental e social	RC	105 a 108
	4.11	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma	RC	111, 113, 115, 117
	4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou defende	RS	7, 11 a 14
	4.13	Participação significativa em associações (tais como associações industriais) e/ou organizações de defesa nacionais/internacionais, em que a organização detém posições nos órgãos de governação, participa em projetos e comissões, contribui com financiamentos substanciais, que ultrapassam as obrigações normais dos participantes, encara a participação como estratégica	RS RC	25 69
	4.14	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização	RS	7, 19
	4.15	Base para a identificação e seleção das partes interessadas a serem envolvidas	RS	19 www.portodesines.pt
	4.16	Abordagens utilizadas para envolver as partes interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos, das partes interessadas	RS	19 a 21 www.portodesines.pt
	4.17	Principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas, nomeadamente através dos relatórios	RS	19 a 21 www.portodesines.pt

Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
	5	Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho		
	5.1	Indicadores de Desempenho Económico		
		Abordagem de Gestão e Desempenho	RS	25
Aspeto – Desempenho Económico				
Essencial	EC1	Valor económico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos	RS	25
Essencial	EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização, devido às alterações climáticas <i>A APS não dispõe nesta oportunidade de um sistema de recolha de dados que permita prospectivamente determinar eventuais impactos de alterações climáticas, contudo a longo prazo pretende implementar sistemas de monitorização de apoio à estratégia capazes de tratar este tipo de variáveis.</i>	RS	71
Essencial	EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	RS	26
Essencial	EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo	RS	26
Aspeto – Presença no Mercado				
Adicional	EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género, nas unidades operacionais importantes	RS	27
Essencial	EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes	RS	27
Essencial	EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes	RS	27 a 28
Aspeto – Impactos Económicos Indiretos				
Essencial	EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infraestruturas e serviços que visam essencialmente benefício público, através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i>	RS	28
Adicional	EC9	Descrição e análise dos impactos económicos indiretos mais significativos, incluindo a sua extensão <i>Como maior porto nacional, inserido numa importante zona industrial e logística, a atividade do Porto de Sines gera importantes impactos diretos, indiretos e induzidos ao nível local, regional e, mesmo, nacional. Para além dos efeitos diretos expressos nos diversos indicadores de atividade e económico-financeiros incluídos neste documento, a atividade do porto gera um conjunto de impactos económicos em todas as empresas que de alguma forma constituem a comunidade portuária, sejam concessionários, diversos tipos de operadores, fornecedores ou clientes. Indiretamente esses efeitos são redistribuídos por todo um conjunto de agentes económicos locais e regionais, através da aquisição de bens e produtos, do emprego de mão-de-obra e do consumo a ela associado ou de outras formas de alocação do valor acrescentado. A importância do porto, nomeadamente o seu papel estratégico para o abastecimento energético do país, induz ainda um conjunto de efeitos económicos sobre toda a economia nacional, não existindo, no entanto, dados mensuráveis atualizados sobre a sua extensão.</i>	RS	71
	5.2	Indicadores de Desempenho Ambiental		
		Abordagem de Gestão e Desempenho	RS	29
Aspeto – Materiais				
Essencial	EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume	RS	29
Essencial	EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não se relaciona com a sua atividade principal de fornecimento de serviços.</i>	RS	71

Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
Aspeto – Energia				
Essencial	EN3	Consumo direto de energia, discriminado por fonte de energia primária	RS	30
Essencial	EN4	Consumo indireto de energia, discriminado por fonte primária	RS	30
Adicional	EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência	RS	31
Adicional	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas	RS	31
Adicional	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas <i>A APS não dispõe nesta oportunidade de um sistema de recolha de dados que permita identificar reduções no consumo indireto de energia nem reduções alcançadas.</i>	RS	72
Aspeto – Água				
Essencial	EN8	Consumo total de água por fonte	RS	31
Adicional	EN9	Recursos hídricos significativamente afetados pelo consumo de água <i>A APS, para a realização das suas atividades não explora nenhum poço ou furo, sendo todos os seus consumos provenientes de entidades abastecedoras, a Câmara Municipal de Sines e as Águas de Santo André.</i>	RS	72
Adicional	EN10	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada <i>A APS não tem instalações para a reciclagem ou reutilização das águas residuais e das pluviais.</i>	RS	72
Aspeto – Biodiversidade				
Essencial	EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zona protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	RS	32
Essencial	EN12	Descrição dos impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	RS	32 a 33
Adicional	EN13	Habitats protegidos ou recuperados	RS	33
Adicional	EN14	Estratégias e programas atuais futuros, de gestão de impactos na biodiversidade	RS	33
Adicional	EN15	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção <i>A APS não tem na sua área de jurisdição habitats de espécies ameaçadas ou em risco de extinção</i>	RS	72
Aspeto – Emissões, Efluentes e Resíduos				
Essencial	EN16	Emissões totais diretas e indiretas de gases com efeito estufa, por peso	RS	34
Essencial	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases com efeito estufa, por peso	RS	35
Adicional	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito estufa, assim como reduções alcançadas	RS	35
Essencial	EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	RS	35
Essencial	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso	RS	35
Essencial	EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino	RS	35
Essencial	EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação	RS	36
Essencial	EN23	Número e volume total de derrames significativos	RS	36

Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
Adicional	EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia — Anexo I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional <i>A APS, no desenvolvimento da sua atividade não produz resíduos que necessitem de ser geridos nos termos da Convenção de Basileia.</i>	RS	73
Adicional	EN25	Identidade, dimensão, estatuto de proteção valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respetivos habitats, afetados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial <i>A APS não tem registos de recursos hídricos e habitats afetados de forma significativa pelas descargas de águas ou escoamento superficial.</i>	RS	73
Aspeto – Produtos e Serviços				
Essencial	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto	RS	36
Essencial	EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens, por categoria <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não se relaciona com a sua atividade principal de fornecimento de serviços.</i>	RS	73
Aspeto – Conformidade				
Essencial	EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	RS	37
Aspeto – Transporte				
Adicional	EN29	Impactos ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores <i>A APS responde ao presente indicador conforme relatado em EN17.</i>	RS	35, 73
Aspeto – Geral				
Adicional	EN30	Total de custos e investimentos com a proteção ambiental, por tipo	RS	37
	5.3	Indicadores de Desempenho Sociais – Práticas Laborais e Trabalho Condigno		
		Abordagem de Gestão e Desempenho	RS	37 a 38
Aspeto – Emprego				
Essencial	LA1	Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região, distribuídos por género	RS	38 a 39
Essencial	LA2	Número total de trabalhadores, taxa de contratação de trabalhadores e de rotatividade, por faixa etária, género e região	RS	39 a 41
Adicional	LA3	Benefícios assegurados aos trabalhadores a tempo inteiro que não são concedidos a trabalhadores temporários ou a tempo parcial, nas unidades operacionais importantes	RS	41 a 42
Essencial	LA15	Regresso ao trabalho e taxa de retenção após parentalidade, por género	RS	42
Aspeto – Relações entre os Trabalhadores e a Administração				
Essencial	LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos e contratação coletiva	RS	42
Essencial	LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação coletiva	RS	43
Aspeto – Segurança e Saúde no Trabalho				
Adicional	LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	RS	43

Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
Essencial	LA7	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região e por género	RS	43 a 45
Essencial	LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afetados por doenças graves	RS	46 a 50
Adicional	LA9	Tópicos relativos a saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos <i>A APS responde ao presente indicador conforme relatado em LA6, na parte relativa a Comissão de SST.</i>	RS	43, 74
Aspeto – Formação e Educação				
Essencial	LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador e por género, discriminadas por categoria de funções	RS	50 a 51
Adicional	LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos trabalhadores e para a gestão de carreira	RS	52
Adicional	LA12	Percentagem de trabalhadores que recebem, regularmente, análises de desempenho e desenvolvimento da carreira, por género	RS	52
Aspeto – Diversidade e Igualdade de Oportunidades				
Essencial	LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade	RS	53 a 56
Essencial	LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções e por locais de operação	RS	56
	5.4	Indicadores de Desempenho – Direitos Humanos		
		Abordagem de Gestão e Desempenho	RS	57
Aspeto – Práticas de Investimento e de Aquisições				
Essencial	HR1	Percentagem e número total de investimentos significativos, acordos e contratos que contenham cláusulas que incluam questões de âmbito dos direitos humanos, ou que tenham sido sujeitos a uma avaliação na área dos direitos humanos <i>A APS, segue o previsto no Código dos Contratos Públicos.</i>	RS	74
Essencial	HR2	Percentagem de fornecedores, empresas contratantes ou outros parceiros de negócio significativos, que tenham sido sujeitos a uma avaliação na área dos direitos humanos, e ações levadas a cabo <i>Nos contratos celebrados com empresas contratadas os direitos humanos estão salvaguardados pela lei em vigor, não sendo esta uma situação crítica, procedendo-se ainda internamente, através do M.PRO.006 a avaliação de fornecedores, assegurando-se que as aquisições são efetuadas a fornecedores qualificados de bens e serviços e avaliando-se entre outros parâmetros, que o fornecedor detenha um sistema de gestão da qualidade certificado. Acresce ainda que a APS tem em execução o RI19, relativo a código de ética e de conduta aplicável a todos os seus trabalhadores bem como a todos aqueles que, em algum momento, atuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos como um dos princípios gerais de atuação da APS.</i>	RS	74
Essencial	HR3	Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspetos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de trabalhadores que beneficiaram de formação <i>A APS responde ao presente indicador, conforme relatado no indicador SO3 na parte relativa a Código de Ética e de Conduta.</i>	RS	58, 74

Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
Aspeto – Não-Discriminação				
Essencial	HR4	Número total de casos de discriminação e ações corretivas tomadas <i>A APS, tem em execução vários instrumentos por forma a garantir o respeito por diferentes comunidades, através do A.PRO010, relativo a formação profissional, do A.PRO.009, relativo a seleção e recrutamento de recursos humanos, do M.PRO.016 relativo a reclamação de clientes e do M.PRO.013 relativo a satisfação de clientes, tendo ainda em execução o RI19, relativo a código de ética e de conduta aplicável a todos os seus trabalhadores bem como a todos aqueles que, em algum momento, atuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos e a igualdade como princípios gerais de atuação da APS, não tendo sido alvo de processos por incumprimento de leis ou regulamentos relativos a discriminação durante o ano de 2011, não tendo portanto sido tomadas ações corretivas.</i>	RS	75
Aspeto – Liberdade de Associação e Acordo de Negociação Coletiva				
Essencial	HR5	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ou violação do livre exercício de liberdade de associação e realização de acordos de contratação coletiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação	RS	57
Aspeto – Trabalho Infantil				
Essencial	HR6	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua efetiva abolição <i>A APS, tem em execução o RI19, relativo a código de ética e de conduta aplicável a todos os seus trabalhadores bem como a todos aqueles que, em algum momento, atuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos como um dos princípios gerais de atuação da APS. Na atividade da APS não existem riscos de ocorrência de trabalho infantil, não tendo também sido alvo de processos por incumprimento de leis ou regulamentos relativos a esta matéria, pelo que não foram implementadas medidas para a sua abolição.</i>	RS	75
Aspeto – Trabalho Forçado e Escravo				
Essencial	HR7	Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de todas as formas de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação <i>A APS, tem em execução o RI19, relativo a código de ética e de conduta, aplicável a todos os seus trabalhadores bem como a todos aqueles que, em algum momento, atuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos como um dos princípios gerais de atuação da APS. Na atividade da APS não existem riscos de ocorrência de qualquer das formas de trabalho forçado ou escravo, não tendo também sido alvo de processos por incumprimento de leis ou regulamentos relativos a esta matéria, pelo que não foram implementadas medidas para a sua eliminação.</i>	RS	75
Aspeto – Práticas de Segurança				
Adicional	HR8	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações	RS	57
Aspeto – Direitos dos Povos Indígenas				
Adicional	HR9	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não tem registo de casos de violação de direitos dos povos indígenas.</i>	RS	75
Aspeto – Impacto				
Essencial	HR10	Percentagem ou número total de operações/ações sujeitas a uma revisão/verificação no âmbito dos direitos humanos e/ou avaliação dos impactos <i>A APS, não reporta e não tenciona reportar o presente indicador já que não existem incidentes relativos a violação de direitos humanos.</i>	RS	75

Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
Aspeto – Correção				
Essencial	HR11	Número de reclamações no âmbito dos direitos humanos registadas, endereçadas/dirigidas e solucionadas de acordo com os mecanismos legais para o efeito <i>Não foram registadas reclamações no âmbito dos direitos humanos.</i>	RS	76
	5.5	Indicadores de Desempenho Social – Sociedade		
		Abordagem de Gestão e Desempenho	RS	57
Aspeto – Comunidade				
Essencial	SO1	Percentagem de operações/ações em estreita colaboração com a comunidade local, avaliação de impactos e programas de desenvolvimento	RS	58
Essencial	SO9	Operações/ações de potencial significativo ou de impacto negativo efetivo nas comunidades locais	RC	122 a 147
Essencial	SO10	Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações de potencial significativo ou de impacto negativo efetivo nas comunidades locais	RC	122 a 147
Aspeto – Corrupção				
Essencial	SO2	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	RS	58
Essencial	SO3	Percentagem de trabalhadores que tenham efetuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização	RS	58
Essencial	SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	RS	59
Aspeto – Políticas Públicas				
Essencial	SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão	RS	59
Adicional	SO6	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não registou a atribuição de qualquer contribuição financeira ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas.</i>	RS	76
Aspeto – Concorrência Desleal				
Adicional	SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados <i>A APS não foi alvo de qualquer ação judicial no âmbito mencionado.</i>	RS	76
Aspeto – Conformidade				
Essencial	SO8	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento de leis e regulamentos <i>A APS, não reporta o presente indicador, por em 2011 o valor monetário de multas não ter materialidade pelo que não se justifica a sua desagregação por diferentes categorias.</i>	RS	76
	5.6	Indicadores de Desempenho referentes à Responsabilidade pelo Produto		
		Abordagem de Gestão e Desempenho	RS	59
Aspeto – Saúde e Segurança do Cliente				
Essencial	PR1	Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados com o objetivo de efetuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos	RS	60
Adicional	PR2	Refira o número total de casos de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respetivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	RS	60

Tipo	Código	Descrição	Documento	Página
Aspeto – Rotulagem de Produtos e Serviços				
Essencial	PR3	Tipo de informação sobre os produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que os serviços do âmbito da sua atividade não são tangíveis e não são rotulados.</i>	RS	77
Adicional	PR4	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem dos produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que os serviços do âmbito da sua atividade não são tangíveis e não são rotulados.</i>	RS	77
Adicional	PR5	Procedimentos relacionadas com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente	RS	61
Aspeto – Comunicações de Marketing				
Essencial	PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que todas as ações de marketing são adequadas a padrões éticos e culturalmente aceites, não se verificando abordagens de marketing vistas como inapropriadas que possam representar risco para a organização.</i>	RS	77
Adicional	PR7	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não existem incidentes resultantes de não conformidade de procedimentos de marketing.</i>	RS	77
Aspeto – Privacidade do Cliente				
Adicional	PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes <i>A APS não tem registo de reclamações registadas no âmbito do SI relativas à violação de privacidade de clientes.</i>	RS	77
Aspeto – Conformidade				
Essencial	PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços <i>A APS não tem registo de coimas significativas por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.</i>	RS	77
	6	Autodeclaração do nível de aplicação da GRI	RS	65





6 /

LISTA DE ACRÓNIMOS E SÍMBOLOS

ABAE	Associação Bandeira Azul da Europa	kW	quilowatt
ACPTMP	Autoridade Competente para a Proteção do Transporte Marítimo e dos Portos	l	Litro
ADFERSIT	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento dos Sistemas Integrados de Transporte	LA	Práticas laborais e trabalho condigno
AEAL	Associação de Empresas do Litoral Alentejano	LED	<i>Light emitting diode</i>
AERSET	Associação Empresarial da Região de Setúbal	M	Mulheres
AES	Associação Empresarial de Sines	m³	Metro cúbico
AGEPOR	Associação dos Agentes de Navegação de Portugal	M.PRO	Processo de Medição
AIS	<i>Automatic Identification System</i>	MSC	<i>MSC–Mediterranean Shippin Company, S.A.</i>
APA	Associação Porta Atlântica	N	Não
APDL	Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.	Nº	Número
APG	Associação Portuguesa de Gestores de Recursos Humanos	NA	Não Aplicável
APL	Administração do Porto de Lisboa, S.A.	n.d.	Sem dados relativos ao ano
APP	Associação dos Portos de Portugal	NO	Norte
APPR	Associação Portuguesa de Portos de Recreio	NOx	Óxidos de azoto
APQ	Associação Portuguesa da Qualidade	NP	Norma Portuguesa
APS	Administração do Porto de Sines, S.A.	NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
APTMCD	Associação Portuguesa do Transporte Marítimo de Curta Distância	ODS	<i>Ozone Deplecting Substances</i>
CEEP	Centro Europeu dos Serviços de Interesse Geral	OHSAS	<i>Occupational Health and Safety Assessment Series</i>
CGA	Caixa Geral de Aposentações	OMI	Organização Marítima Internacional
CIEMAR	Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora	PEPS	Plano de Emergência do Porto de Sines
CLT	CLT–Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A.	Pi	Ponderação
CMS	Câmara Municipal de Sines	PIANC	<i>Word Association for Waterborne Transport Infrastructure</i>
CO	Monóxido de carbono	PL	Plano
CO2	Dióxido de carbono	PR	Responsabilidade pelo produto
CÓDIGO ISPS	Código Internacional para a Segurança dos Navios e das Instalações Portuárias	PRTR	<i>Pollutant Release and Transfer Register</i>
CPSI	Comunidade Portuária de Sines	PSA	<i>Port of Singapore Authority</i>
D1	Deposição sobre o solo ou no seu interior (por ex., aterro sanitário, etc)	PVG	Praia Vasco da Gama
D8	Tratamento biológico não especificado em qualquer parte do presente anexo que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de D1 a D12.	QUERCUS	Associação Nacional de Conservação da Natureza
D15	Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão) do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada)	R4	Reciclagem/recuperação de metais e ligas
EBITDA	Resultados antes de amortizações, juros e imposto s/ rendimento	R9	Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos
EC	Económico	R13	Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com excepção do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada)
EN	Ambiental	RC	Relatório e Contas do Exercício
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>	REN ATLÂNTICO	REN ATLÂNTICO–Terminal de GNL, S.A.
ETLA	Associação para a Formação Tecnológica do Litoral Alentejano	REPSOL	Repsol Polímeros, S.A.
EURORESINAS	EURORESINAS–Indústrias Químicas, S.A.	RI	Regulamento Interno
FAE	Fórum de Administradores de Empresas	RR	Número reclamações resolvidas no ano
FSP	Fórum para a Simplificação de Procedimentos	RRP	Número de reclamações respondidas dentro no prazo
GISA	Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente	RS	Relatório de Sustentabilidade
GJ	Gigajoules	RT	Número reclamações apresentadas
GNL	Gás Natural Liquefeito	RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
GNR	Guarda Nacional Republicana	S	Sim
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>	SAP	<i>Systeme, Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung</i>
Grs	Gramas	SEE	Setor Empresarial do Estado
H	Homens	SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
ha	hectare	SI	Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança
HCM	<i>Human Capital Management</i>	SIIG	Sistema de Identificação e de Informação Geográfica
HR	Direitos humanos	SITANK	SITANK–Agência de Navegação, Lda.
IAPH	<i>International Association of Ports and Harbours</i>	SMN	Salário Mínimo Nacional
IAS	Indexante dos Apoios Sociais	SO	Sociedade
IG	Índice global	SOx	Óxidos de enxofre
IRR	Índice de resposta às reclamações	SST	Segurança e Saúde no Trabalho
IRRP	Índice de resposta no prazo estabelecido	T	Total
IS	Índice de Satisfação	TCO	<i>Tjänstemännens Centralorganisation (Swedish Confederation of Professional Employees)</i>
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>	TCO2e	Dióxido de carbono total
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>	TEU	<i>Twenty-Foot Equivalent Unit</i>
JUP	Janela Única Portuária	TGN	Terminal de Gás Natural
		TON	Tonelada
		TRACOGÁS	TRACOGÁS–Transporte e Comércio de Combustíveis Líquido e Gasoso, Lda.
		TXXI	Terminal de Contentores
		Vi	Valorização
		ZAL	Zona de Atividades Logísticas
		ZPE	Zona de Proteção Especial





7 /

INQUÉRITO DE APRECIÇÃO

A SUA OPINIÃO CONTA PARA NÓS:

Identificação (facultativo)

Nome _____

Carreira/Profissão _____

Empresa _____

1. Faz parte de que grupo de stakeholder?

- ☐ Cliente
- ☐ Fornecedor
- ☐ Concessionário
- ☐ Agente de Navegação
- ☐ Outra Entidade da Comunidade Portuária
- ☐ Administração Central
- ☐ Administração Regional e Local
- ☐ Comunidade Sectorial, Regional e Local
- ☐ Instituição Académica ou outra
- ☐ Colaborador
- ☐ Organismo Não Governamental
- ☐ Órgão de Comunicação Social
- ☐ Outro

Especifique: _____

2. Classifique a incidência do Relatório de Sustentabilidade de 2011, relativamente aos principais conceitos de sustentabilidade, de acordo com a seguinte escala:

(Escala: 1=Excelente; 2=Bom; 3=Suficiente; 4=Medíocre)

Âmbito Social: 1 2 3 4

Âmbito Ambiental: 1 2 3 4

Âmbito Económico: 1 2 3 4

3. Quais os aspetos que considerou mais positivos no Relatório de Sustentabilidade de 2011?

- ☐ A exactidão da informação
- ☐ A comparabilidade da informação
- ☐ A precisão da informação
- ☐ A periodicidade da informação
- ☐ A clareza da informação

- ☐ A utilidade da informação
- ☐ As acções promovidas pela APS
- ☐ As políticas definidas pela APS
- ☐ Outros

Especifique: _____

4. Teve contacto com o Relatório de Sustentabilidade da APS relativo a anos anteriores?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, através de que meio? _____

Se sim, como qualifica o Relatório de Sustentabilidade de 2011 relativamente aos Relatórios de Sustentabilidade de anos anteriores?

- ☐ Superior
- ☐ Semelhante
- ☐ Inferior

5. Comentários e/ou sugestões:

OBRIGADO PELO SEU CONTRIBUTO.

Poderá remeter este Inquérito de Apreciação à APS de uma das seguintes formas:

Por e-mail: helena.silva@portodesines.pt

Por fax: +351 269 860 690

Em papel: APS—Administração do Porto de Sines, S.A., Diretora de Recursos Humanos, Apartado 16, EC Sines, 7521-953 Sines, Portugal





CERTIFICADO

Data e hora de entrega: 2012-06-14 15:58
Chave de certificação: 86720URB464427C

ECT

INFORMAÇÃO SOBRE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO



Gabinete de Estratégia e Planeamento

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

RELATÓRIO ÚNICO

Ano de Referência
2011

I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA

1. Número de Identificação Fiscal (NIF) 501208950	2. Número de Identificação da Segurança Social (NISS) 20006305869
3. Nome ou designação social APS - Administração do Porto de Sines, SA	
4. Localização e contactos da sede	
4.1 Morada Rua do Porto Industrial	
4.2 Localidade Sines	
4.3 Código Postal 7520 - 203 Sines	4.4 País PT Portugal
4.5 Distrito ou ilha/ Município/ Freguesia 151301 Setúbal - Sines - Sines	
4.6 Telefone/ Telemóvel 269860650	4.7 Fax 269860690
4.8 Endereço de correio electrónico helenasilva@portodesines.pt	

III. PESSOAS AO SERVIÇO

	Em 31 de Dezembro	Número médio durante o ano
1. Pessoas ao serviço da entidade empregadora	210	213
1.1 Trabalhadores por conta de outrem	209	210
2. Destacamentos de trabalhadores para o estrangeiro, ao longo do ano		
2.1 Número de trabalhadores destacados	0	
2.2 Número de destacamentos	0	

IV. FILIAÇÃO SINDICAL E FILIAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES

1. Número de trabalhadores sindicalizados, em 31 de Outubro **82**

2. Inscrita em Associações de empregadores? Sim ☐ Não ☒

V. TRABALHO SUPLEMENTAR

1. Foram realizadas horas suplementares ao longo do ano? Sim ☒ Não ☐

2. A relação nominal dos trabalhadores que prestaram trabalho suplementar durante o período de referência, com discriminação do número de horas ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do art. nº 227 da Lei 7/2009, foi visada pela comissão de trabalhadores ou, na sua falta, em caso de trabalhador filiado, pelo respectivo sindicato? Sim ☒ Não ☐

VI. TRABALHADORES TEMPORÁRIOS NA EMPRESA UTILIZADORA

1. Número de trabalhadores temporários	1.1 em 31 de Outubro	1.2 em 31 de Dezembro	1.3 Número médio durante o ano
	0	0	0

2. Fluxo de entradas ou saídas de pessoas em prestação de trabalho temporário, ao longo do ano

2.1 Entradas durante o ano	H	0	M	0
2.2 Saídas durante o ano	H	0	M	0

VII. TRABALHADORES COM PERDA OU ANOMALIA DE ESTRUTURAS OU FUNÇÕES DO CORPO COM IMPLICAÇÕES NA PRESTAÇÃO DO TRABALHO

	Menos de 18 anos	De 18 a 34 anos	De 35 a 44 anos	45 a 64 anos	65 e mais anos
1.1 Distribuição por estrutura etária - TOTAL	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> 1 M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> 1 M <input type="text"/> 4	H <input type="text"/> M <input type="text"/>
1.1.1 Com grau de incapacidade inferior a 60%	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>
1.1.2 Com grau de incapacidade entre 60% e 80% (excl.)	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> 1 M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> 1 M <input type="text"/> 3	H <input type="text"/> M <input type="text"/>
1.1.3 Com grau de incapacidade maior ou igual a 80%	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> 1 M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>
	Inferior ao 3º ciclo ens. básico	3º ciclo ens. básico	Ensino Secundário	Ensino pós-sec. não superior	Ensino Superior
1.2 Distribuição por habilitação literária - TOTAL	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> 2 M <input type="text"/>	H <input type="text"/> 2 M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>
1.2.1 Com grau de incapacidade inferior a 60%	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>
1.2.2 Com grau de incapacidade entre 60% e 80% (excl.)	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> 2 M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>
1.2.3 Com grau de incapacidade maior ou igual a 80%	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> 1 M <input type="text"/>	H <input type="text"/> 2 M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>	H <input type="text"/> M <input type="text"/>

VIII. DADOS ECONÓMICOS DA ENTIDADE EMPREGADORA				
1. Volume de Negócios (VN)	30897127 €	Ano a que se refere o VN 2011		
2. Capital social	80000000 €			
Repartição percentual	2.1 Privado Nacional	0 %	2.2 Estrangeiro	0 %
			2.3 Público Nacional	100.0 %
3. Encargos de formação profissional				
3.1 Montante financiado pela entidade empregadora	29077 €			
3.1.1 Montante correspondente à remuneração das horas despendidas em formação	€			
3.1.2 Restante financiamento da entidade empregadora	29077 €			
3.2 Financiamento externo à entidade empregadora	€			
3.2.1 Do Fundo Social Europeu (FSE)	€			
3.2.2 De outras fontes de financiamento	€			
3.3 Encargos globais com formação profissional (3.1 + 3.2)	29077 €			
4. Encargos no âmbito da segurança e saúde no trabalho				
4.1 Na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho	50156 €	4.4 Na formação, informação e consulta	5303 €	
4.2 Na organização/modificação dos espaços de trabalho	30559 €	4.5 Outros	304709 €	
4.3 Na aquisição de bens ou equipamentos	205744 €	4.6 TOTAL	596471 €	

IX. OUTROS DADOS COMPLEMENTARES DA ENTIDADE EMPREGADORA				
1. Valor Acrescentado Bruto (VAB)		26401826 €	Ano a que se refere o VAB 2011	
1.1 Custos com o pessoal	8601872 €	1.4 Custos e perdas financeiras	11484 €	
1.2 Amortizações do exercício	13140038 €	1.5 Imposto sobre o rendimento	798466 €	
1.3 Provisões do exercício	1346920 €	1.6 Resultado líquido do exercício	8370662 €	
2. Encargos com regimes complementares de protecção social				
2.1 Encargos suportados e administrados pela entidade empregadora			Código referente à origem do encargo	
2.1.1 Subsídio por doença e doença profissional		€		
2.1.2 Pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência		€		
2.1.3 Outras prestações de segurança social		€		
2.2 Encargos suportados, mas não administrados, pela entidade empregadora				
2.2.1 Subsídio por doença e doença profissional		€		
2.2.2 Pensões de velhice, de invalidez e de sobrevivência		€		
2.2.3 Outras prestações de segurança social		€		
2.3 Encargos de acção e apoio social			248706 €	
3. Potencial máximo anual (horas trabalháveis, durante o ano)			369738	
4. Nº de horas não trabalhadas durante o ano, dos trabalhadores por conta de outrem, correspondentes aos dias normais de trabalho				
4.1 Motivo		4.2 Número de horas de ausência remuneradas		4.3 Número de horas de ausência não remuneradas
01	H 16	M 0	H 3608	M 0
04	H 659	M 4025	H 389	M 85
05	H 120	M 119	H 0	M 0
06	H 181	M 0	H 0	M 0
07	H 114	M 205	H 0	M 0
08	H	M 386	H	M 2520
09	H 0	M	H 784	M
10	H 8	M 0	H 0	M 0
13	H 139	M 394	H 0	M 18
11	H 40	M 0	H 12	M 0
14	H 136	M 22	H 188	M 103

CERTIFICADO

Data e hora de entrega: 2012-06-14 16:01
Chave de certificação: 86610WHL831834T



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**
Autoridade para as Condições de Trabalho
Gabinete de Estratégia e Planeamento



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Direcção Geral da Saúde

ANEXO D - Relatório Anual da Actividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Número de Identificação Fiscal (NIF)	Número de Identificação da Segurança Social (NISS)	Nº da Unidade Local (estabelecimento)	Ano de referência
501208950	20006305869	136091	2011

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA

1. Número de Identificação Fiscal (NIF) 501208950	2. Número de Identificação da Segurança Social (NISS) 20006305869
3. Nome ou designação social <u>APS - Administração do Porto de Sines, SA</u>	
4. Localização e contactos da sede	
4.1 Morada <u>Rua do Porto Industrial</u>	
4.2 Localidade <u>Sines</u>	
4.3 Código Postal <u>7520 - 203 Sines</u>	4.4 País <u>PT Portugal</u>
4.5 Distrito ou Ilha/ Município/ Freguesia <u>151301 Setúbal - Sines - Sines</u>	
4.6 Telefone/ Telemóvel <u>269860650</u>	4.7 Fax <u>269860690</u>
4.8 Endereço de correio electrónico <u>helenasilva@portodesines.pt</u>	

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE LOCAL

1. Nome ou designação social <u>APS - Administração do Porto de Sines, SA</u>	
2. Localização e contactos da sede	
2.1 Morada <u>Rua do Porto Industrial</u>	
2.2 Localidade <u>Sines</u>	
2.3 Código Postal <u>7520 - 203 Sines</u>	2.4 País <u>PT Portugal</u>
2.5 Distrito ou Ilha/ Município/ Freguesia <u>151301 Setúbal - Sines - Sines</u>	
2.6 Telefone/ Telemóvel <u>269860650</u>	

I - UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO)

1. Existiram trabalhadores ao serviço em algum período do ano de referência do relatório?	Sim <input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
2. Actividade económica principal (CAE) da unidade local em 31 de Dezembro <u>52220 ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA</u>		
3. Número médio de trabalhadores afectos à Unidade Local, no ano:		
	Total	Homens
3.1 Vinculados por contrato de trabalho ou equiparado ao empregador responsável pelo relatório	209	156
3.1.1 A trabalhar na unidade local (estabelecimento)	176	125
3.1.2 A trabalhar fora da unidade local (estabelecimento)	33	31
3.1.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização	0	0
3.1.2.2 Trabalhadores em regime de cedência ocasional	33	31
3.1.2.3 Outros trabalhadores (em regime de teletrabalho ou trabalhadores no domicílio)	0	0
3.2 Outros trabalhadores a trabalhar na unidade local (estabelecimento)	0	0
3.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização	0	0
3.2.2 Trabalhadores independentes e trabalhadores ao serviço de empresas prestadoras de serviços	0	0
3.2.3 Trabalhadores em regime de cedência ocasional	0	0
3.3 TOTAL (3.1 + 3.2)	209	156
4. Número total de horas efectivamente trabalhadas (incluindo as suplementares) durante o ano, pelos trabalhadores declarados em 3.1.1	293773	

II - NATUREZA DA MODALIDADE ADOPTADA NA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

1. Foram organizados os serviços de segurança no trabalho?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
2. Foram organizados os serviços de saúde no trabalho?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
3. Quantos trabalhadores estão afectos à organização da estrutura interna de 1ºs socorros, combate a incêndios e evacuação de instalações?	31
4. As actividades de segurança e saúde no trabalho foram organizadas:	Em conjunto <input checked="" type="checkbox"/> Em separado <input type="checkbox"/>
5. Especifique a modalidade:	
5.1 No domínio da segurança:	5.2 No domínio da saúde:
5.1.1 Serviço interno <input checked="" type="checkbox"/>	5.2.1 Serviço interno <input checked="" type="checkbox"/>
5.1.2 Serviço comum/partilhado <input type="checkbox"/>	5.2.2 Serviços comum/partilhado <input type="checkbox"/>
5.1.3 Serviço externo <input type="checkbox"/>	5.2.3 Serviço externo <input type="checkbox"/>
5.1.4 Actividades exercidas pelo empregador <input type="checkbox"/>	5.2.4 Serviço Nacional/Regional de Saúde <input type="checkbox"/>
5.1.5 Actividades exercidas pelo trabalhador designado <input type="checkbox"/>	
6. Foram complementados os serviços especificados em 5.?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>

III- PESSOAL DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

1. Serviços internos, comuns/partilhados e/ou externos

1.1 Indique o número de técnicos em cada grupo profissional, que exerceram actividade efectiva na unidade local (estabelecimento):

1.1.1 Médicos do trabalho	1.1.2 Enfermeiros	1.1.3 Técnicos Superiores de SHT	1.1.4 Técnicos de SHT	1.1.5 Outro Pessoal
1	1	2	0	0

1.2 Médico(s) do trabalho:

1.2.1 Nome do(s) médico(s) do trabalho:

João Francisco de Oliveira Campos

1.2.2 Nº(s) da cédula profissional

16131

1.2.3 Nº de horas mensais de afectação

36,00

1.3 Técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho:

1.3.1 Nome do(s) técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho

Luís Miguel da Silva Mourão
Andreia Cristina Candeias Calado

1.3.2 Nº(s) Certificado de Aptidão Profissional (CAP)

0902/13237/02
01930109EC5

1.4 Director/Responsável dos Serviços:

1.4.1 De Segurança

1.4.1.1 NIF 123969530

1.4.1.2 Nome José Afonso Brazuna Fontes

1.4.2 De Saúde

1.4.2.1 NIF 118826590

1.4.2.2 Nome Helena Maria de Sousa Gomes da Silva

1.5 Empregador

1.5.1 Nome do Empregador:

1.5.2 nº autorização:

1.6 Trabalhador Designado:

1.6.1 Nome do Trabalhador Designado:

1.6.2 nº autorização:

1.7 Nome do Representante do empregador para o acompanhamento dos serviços comuns/partilhados ou externos:

2. No caso de Serviços Externos, indicar denominação e número de identificação fiscal da(s) entidade(s) prestadora(s)

2.1 Serviços de Segurança

2.2 Serviços de Saúde

IV - ACTIVIDADE(S) DO(S) SERVIÇO(S) DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

1. Foram organizados programas de prevenção:

1.1 Programa de prevenção de riscos profissionais: Sim ☒ Não ☐

1.2 Programa de promoção da saúde: Sim ☒ Não ☐

1.3 Programa de vigilância da saúde: Sim ☒ Não ☐

2. Foram realizadas Auditorias? Sim ☒ Não ☐

3. Foram realizadas Inspeções? Sim ☒ Não ☐

4. Acções de informação, consulta, e formação aos trabalhadores

4.1 Informação aos trabalhadores sobre os riscos inerentes à sua actividade profissional

4.1.1 Foram realizadas acções de informação? Sim ☒ Não ☐

4.1.1.1 Situação contemplada	4.1.1.2 Nº de acções realizadas	4.1.1.3 Nº de destinatários
01	1	1
05	32	256

4.2 Consulta aos trabalhadores na área da Segurança e Saúde no Trabalho

4.2.1 Foram realizadas acções de consulta? Sim ☒ Não ☐

4.2.1.1 Código da situação contemplada	4.2.1.2 Nº de acções realizadas	4.2.1.3 Nº de participantes
01	2	186
99	1	177

4.3 Formação dos trabalhadores nos domínios da Segurança e Saúde no Trabalho

4.3.1 Foram realizadas acções de formação? Sim ☒ Não ☐

4.3.1.1 Código da situação contemplada	4.3.1.2 Nº de acções realizadas	4.3.1.3 Nº de participantes
01	9	H 35 M 2
05	2	H 30 M 0
06	3	H 25 M 0
09	1	H 2 M 0
10	3	H 1 M 11
12	24	H 133 M 3
14	4	H 11 M 1
99	2	H 3 M 0

5. Identificação, avaliação e controlo dos factores de risco

5.1 Foram identificados factores de risco físico? Sim ☒ Não ☐

5.1.1 Código do agente	5.1.2 Nº de trabalhadores expostos	5.1.3 Nº de avaliações efectuadas	5.1.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 29 M 0	3	01 12
02	H 18 M 0	1	12
05	H 27 M 35	2	12
06	H 50 M 34	5	00 02 05 10 12
99	H 59 M 0	10	00 05 10 11 12

5.2 Foram identificados factores de risco químico? Sim ☒ Não ☐

Código Interno	Código EINECS(nº CE)	Identificação do agente	Menção ou frase de risco	Nº de trabalhadores expostos	Nº de avaliações efectuadas	Códigos das medidas de prev. adoptadas
1873	271-259-7	Hidrocarbonetos, C1-3: gases de petróleo liquefeitos [Uma combinação complexa de hidrocarbonetos com n.º de átomos de carbono predominantemente na gama de C1 até C3 e que destila	R23	H 18 M 0	2	12 14

		no intervalo de aproximadamente -164°C a -42°C.]				
1873	271-259-7	Hidrocarbonetos, C1-3; gases de petróleo liquefeitos [Uma combinação complexa de hidrocarbonetos com n.º de átomos de carbono predominantemente na gama de C1 até C3 e que destila no intervalo de aproximadamente -164°C a -42°C.]	R36	H 18 M 0	2	12 14
1873	271-259-7	Hidrocarbonetos, C1-3; gases de petróleo liquefeitos [Uma combinação complexa de hidrocarbonetos com n.º de átomos de carbono predominantemente na gama de C1 até C3 e que destila no intervalo de aproximadamente -164°C a -42°C.]	R38	H 18 M 0	2	12 14
1976	278-012-2	Óleos lubrificantes; Óleo base não especificado	R24	H 18 M 0	1	05 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R7	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R22	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R23	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R24	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R25	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R36	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R37	H 30 M 0	9	00 07 11 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R38	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R40	H 30 M 0	9	00 07 11 12 14

5.3 Foram identificados factores de risco biológico? Sim ☒ Não ☐

5.3.1 Código do agente	5.3.2 Identificação do agente	5.3.3 Classificação do agente	5.3.4 Nº de trabalhadores expostos	5.3.5 Nº de avaliações efectuadas	5.3.6 Códigos das medidas de prev. adoptadas
1067	Legionella pneumophila	C.A.	H 52 M 53	1	06 13 14
9999	Outra	C.A.	H 35 M 0	3	14

5.4 Foram identificados factores de risco relacionados com a actividade, capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético?

Sim ☒ Não ☐

5.4.1 Código do agente	5.4.2 Nº de trabalhadores expostos	5.4.3 Nº de avaliações efectuadas	5.4.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 27 M 35	1	08
02	H 75 M 35	8	00 06 08
03	H 27 M 35	2	04 08
04	H 51 M 35	5	00 08
05	H 59 M 0	13	00 01 06 08
06	H 77 M 84	4	00 07 08
07	H 23 M 34	1	02 03 04
08	H 30 M 0	2	05

5.5 Foram identificados factores de risco Psicossociais e Organizacionais? Sim ☒ Não ☐

5.5.1 Código do agente	5.5.2 Nº de trabalhadores expostos	5.5.3 Nº de avaliações efectuadas	5.5.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 27 M 35	2	01 05
05	H 40 M 0	3	01 05 99

5.6 Foram identificados outros factores de risco para a Segurança e Saúde no Trabalho? Sim ☒ Não ☐

5.6.1 Código do agente	5.6.2 Nº de trabalhadores expostos	5.6.3 Nº de avaliações efectuadas	5.6.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
03	H 24 M 0	3	00 08
06	H 101 M 53	20	00 14
07	H 0 M 3	2	10
08	H 53 M 0	5	00
09	H 30 M 0	6	00 12 16
10	H 48 M 0	8	08 12 16
11	H 24 M 0	4	02 12 16 17
12	H 29 M 0	1	00
14	H 78 M 53	7	00 07 08 11
99	H 141 M 88	29	00 08 11 12 16 99

6. Promoção e vigilância da saúde

6.1 Foram realizados exames de admissão, periódicos e/ou ocasionais? Sim ☒ Não ☐

	Escalações etárias							
	Total	Inferior a 18 anos	18 e 19 anos	20 a 49 anos	50 e mais anos			
Total de exames	H 156 M 54	H 0 M 0	H 0 M 0	H 66 M 19	H 90 M 35			
6.1.1 Total de exames de admissão	H 1 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 1 M 0	H 0 M 0			
6.1.2 Total de exames periódicos	H 118 M 42	H 0 M 0	H 0 M 0	H 50 M 14	H 68 M 28			
6.1.3 Total de exames ocasionais	H 37 M 12	H 0 M 0	H 0 M 0	H 15 M 5	H 22 M 7			
6.1.3.1 Mudança de posto de trabalho	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0			
6.1.3.2 Alterações no posto trabalho	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0			
6.1.3.3 Regresso ao trab. após ausência superior a 30 dias	H 5 M 1	H 0 M 0	H 0 M 0	H 4 M 1	H 1 M 0			
6.1.3.3.1 Pós baixa por acidente de trabalho	H 5 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 4 M 0	H 1 M 0			
6.1.3.3.2 Pós baixa por doença	H 0 M 1	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 1	H 0 M 0			
6.1.3.4 Inicialização do médico	H 32 M 9	H 0 M 0	H 0 M 0	H 11 M 2	H 21 M 7			
6.1.3.5 Pedido do trabalhador	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0			
6.1.3.6 Por cessação do contrato de trabalho	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0			
6.1.3.7 Outras razões	H 0 M 2	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 2	H 0 M 0			

6.2 Foram realizados exames complementares? Sim ☒ Não ☐

6.2.1 Exame	6.2.2 Nº total de exames	6.2.3 Factor de risco
01	138	00
02	138	00
03	150	00
04	4	00
06	122	01
08	86	00
99	1780	99

6.3 Foram realizadas acções de imunização Sim ☒ Não ☐

6.3.1 Vacina	6.3.2 Nº de inoculações	6.3.3 Nº de trabalhadores
02	64	H 49 M 15

6.4 Foram realizadas acções de promoção da Saúde no Trabalho? Sim ☐ Não ☒

V - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS

1. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.1.1? Sim ☒ Não ☐

1.1 Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, segundo o escalão de duração da baixa
(não incluir neste item a informação referente aos acidentes de trajeto)

		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
1.1.1 Nº de acidentes no trabalho (AT) ocorridos	H	3	1	0	0	2	0
no ano de referência do relatório	M	0	0	0	0	0	0
1.1.2 Nº de dias de trabalho perdidos na sequência de	H	130		0	0	130	
AT ocorridos no ano de referência do relatório	M	0		0	0	0	
1.1.3 Nº de dias de trab. perdidos no ano de ref. do	H	61		0	0	61	
relatório, na seq. dos AT ocorridos em anos anteriores	M	0		0	0	0	

1.2 Cálculo das taxas de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho não mortais, segundo as fórmulas:

1.2.1 Taxa de frequência: $Tf = (N^{\circ} \text{ de acidentes de trab. com baixa} / N^{\circ} \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$	=	6.81
1.2.2 Taxa de gravidade: $Tg = (N^{\circ} \text{ de dias perdidos} / N^{\circ} \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$	=	442.52

2. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.2? Sim ☐ Não ☒

3. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho totais e mortais, ocorridos com os trabalhadores indicados no quadro I, questões 3.1.1 e I - 3.2

3.1 Taxa de incidência (Total AT) $TiT = (N^{\circ} \text{ de AT Totais} / N^{\circ} \text{ total de trab. em I - 3.1.1 e I - 3.2}) \times 1000$	=	17.05
3.2 Taxa de incidência (AT Mortais) $TiM = (N^{\circ} \text{ de AT mortais} / N^{\circ} \text{ total de trab. em I - 3.1.1 e I - 3.2}) \times 1000$	=	0

4. Doenças Profissionais de participação obrigatória

4.1 Foram participadas doenças no ano? Sim ☐ Não ☒

4.2 Foram confirmadas doenças no ano? Sim ☒ Não ☐

	Factor de risco	Doença profissional	Número de casos participados
Código:	4201	104	H 1
Designação:	Ruído	Hipoacusia de percepção bilateral por lesão coclear irreversível (com ou sem acufenos), frequentemente simétrica, afectando preferencialmente as altas frequências, devida a traumatismo sonoro	M 0

CERTIFICADO

Data e hora de entrega: 2012-06-14 16:01
Chave de certificação: 42531VRQ240506R

ECT

INFORMAÇÃO SOBRE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

S. R.

Gabinete de Estratégia e Planeamento

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANEXO E - GREVES

Ano de Referência 2011

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA

Número de Identificação Fiscal (NIF): 501208950

Número de Identificação Segurança Social (NISS): 20006305869

Nome ou designação social: APS - Administração do Porto de Sines, SA

1. Existiram greves durante o ano de referência do relatório?

Sim ☒ Não ☐2. Actividade económica principal (CAE) da entidade empregadora em 31 de Dezembro
52220 ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA

3. Número de pessoas ao serviço na entidade em 31 de Dezembro 210

4. Número médio anual de trabalhadores por conta de outrem (TCO) na entidade 210

I. UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO) - Sede

Número de Unidade Local: 136091

Número de Identificação Fiscal (NIF): 501208950

Localização e contactos

Morada Rua do Porto Industrial

Localidade Sines

Código Postal 7520 -203 Sines

1. Existiram greves na unidade local durante o ano de referência do relatório?

Sim ☒ Não ☐2. Actividade económica principal (CAE) da unidade local em 31 de Dezembro
52220 ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA

3. Número de pessoas ao serviço na unidade local em 31 de Dezembro 210

4. Número médio anual de trabalhadores por conta de outrem (TCO) na unidade local 210

II. GREVE

1. Identificação da greve 152 CGTP - UGT - Sind. Quadros e Técnicos - Fed. do Sector Financeiro - Sind. Bancários Centro - Sind. Bancários Norte - Sind. Bancários Sul e Ilhas - Sind. Trab. da Actividade Seguradora - Sind. Prof. de Seguros de Portugal - Sind. Nac. Prof. de Seguros e Afins - Sind. Energia - Sind. Ind. e Comércio Petrolífero - Sind. Ind. Eléctricas do Sul e Ilhas - Sind. Trab. Sector Têxtil da Beira Baixa - Fed. Sind. Trab. Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal - Sind. Ind. Metalúrgicas e Afins - Fed. Port. Sind. Com. Escritório e Serviços - Sind. Trab. Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Actividades Diversas - Fed. Sind. Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal - Sind. Operários Corticeiros do Norte - Fed. Port. Sind. da Construção, Cerâmica e Vidro - Sind. Nac. Trab. Ind. de Cerâmica, Cimentos, Construção e Similares - Fed. Sind. Sector da Pesca - Sind. Trab. da Pesca do Sul - Sind. Capitães, Oficiais, Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercante - Conf. Sind. Marítimos e Portuários - Fed. Sind. Trab. do Mar - Sind. Estivadores, Trabalhadores do Tráfego e Conferentes - Marítimos do Centro e Sul de Portugal - Sind. Trab. do Porto de Aveiro - Sind. Estivadores, Lingadores e Conferentes de Viana do Castelo - Sind. Estivadores, Conferentes e Tráfego do Porto do Canal - Sind. Nac. Trab. das Administrações Portuárias - Sind. Transportes Fluviais, Costeiros e Marinha Mercante - Sind. Trab. da Marinha Mercante, Agências de Viagens, Transitários e Pesca - Sind. Mestrança e Marinhagem da Marinha Mercante, Energia e Fogueiros da Terra - Sind. Trab. e Técnicos de Serviços - Sind. Trab. dos Transportes - Sind. Nac. Trab. do Sector Ferroviário - Sind. Nac. Trab. Aviação Civil - Sind. Nac. Pessoal de Voo da Aviação Civil - Sind. Trab. Aviação e Aeroportos - Sind. Controladores de Tráfego Aéreo - Sind. Técnicos Informação e Comunicações Aeronáuticas - Sind. Técnicos de Segurança Aérea - Sind. Técnicos de Manutenção de Aeronaves - Sind. Nac. Oficiais de Operações de Voo - Sind. Técnicos de Handling de Aeroportos - Assoc. Sind. Prof. Comando e Controlo Ferroviário - Assoc. Sind. Chefias Intermédias de Exploração Ferroviária - Sind. Nac. Ferroviários do Movimento e Afins - Sind. Independente dos Operacionais, Ferroviários e Afins - Sind. Nac. Quadros Técnicos - Sind. Nac. Trab. Sector Ferroviário - Sind. Independente Nacional dos Ferroviários - Sind. Ferroviário da Revisão Comercial Itinerante - Sind. Nac. Maquinistas Caminhos de Ferro Portugueses - Sind. Nac. Ferroviário do Pessoal de Trens - Fed. Sind. de Transportes e Comunicações - Sind. Nac. dos Motoristas - Sind. Trab. dos Transportes - Sind. Trab. do Grupo Portugal Telecom - Sind. Nac. Trab. das Telecomunicações e Audiovisual - Sind. Trab. Telecomunicações e Comunicação Audiovisual - Sind. Nac. Trab. dos Correios e Telecomunicações - Sind. Democrático Trab. das Comunicações e dos Média - Sind. Trab. Empresas do Grupo CGD - Sind. Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica - Sind. Ciências e Tecnologias da Saúde - Sind. Enfermeiros Portugueses - Fed. Nac. Médicos - Sind. Independente dos Médicos

1.1 Principais reivindicações expressas e resultados obtidos**1.1.1 Reivindicação 108 OUTRAS REIVINDICAÇÕES SALARIAIS****1.1.2 Resultado 3 Recusado****1.2.1 Data da greve**

11 / 24

(mês) (dia)

1.2.2 PNT

08 , 00

(horas) (minutos)

1.2.3 N.º de trabalhadores em greve

6

1.2.4 Duração da paralisação

06 , 00

(horas) (minutos)

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2011

EDIÇÃO:

APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S.A.

DESIGN: Milideias, comunicação visual, Lda.

—

APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S.A.

Apartado 16, EC Sines, 7521-953 SINES - Portugal

TEL. +351 269 860 600 / FAX. +351 269 860 690

E-MAIL. geral@portodesines.pt

www.portodesines.pt

NIPC 501 208 950 | SOCIEDADE ANÓNIMA | CAPITAL SOCIAL 80 MILHÕES DE EUROS
MATRÍCULA C.R.C SINES



cartão único portuário